



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1014/15	DATA: 29/06/2015	
LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado Pará	INÍCIO: 10h10min	TÉRMINO: 14h11min	PÁGINAS: 84

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

CORONEL NEIL - Deputado Estadual do Pará.
SOLDADO TERCIO - Deputado Estadual do Pará.
DIRCEU TEN CATEN - Deputado Estadual do Pará.
EMÍLIO FERREIRA - Coronel da Polícia Militar do Estado do Pará.
ARTHUR LEANDRO - Professor da Universidade Federal do Pará.
JANAÍNA BARBOSA DE OLIVEIRA - Assessora Especial da Coordenação de Diversidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.
BORDALO - Deputado Estadual do Pará e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará.
LELIO COSTA - Deputado Estadual do Pará.
ZÉLIA AMADOR DE DEUS - Representante do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará.
SEVERINO LEPÊ CORREIA - Representante do Projeto Okitalandê, de Recife.
BRAZ MELLO - Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará — OAB-PA.
RATINHO DA AMAZÔNIA - Representante do Movimento Popular de Marituba.
MARCO APOLO SANTANA LEÃO - Representante da Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos.
FERNANDO GAMA - Estudante de Direito.
HEITOR MORAES - Representante do movimento Juntos!
RONALD LUIZ - Representante do Movimento de Paz e Direitos Humanos.
MARIA SALOMÉ VILHENA DOS SANTOS - Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará — OAB-PA e militante do Movimento Negro.

SUMÁRIO

Debata sobre a violência contra jovens negros e pobres no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. APRESENTADOR (Adenirson Lage) - Senhoras e senhores, bom dia.

Dentro de mais alguns instantes terá início esta Reunião de Audiência Pública da CPI da Câmara Federal sobre Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Solicitamos a todos os senhores e senhoras presentes neste recinto que tomem assento nas poltronas, podendo, inclusive serem ocupadas as poltronas vinho, para que sentem mais à frente e não fiquem muito atrás. Vamos sentar mais à frente e ocupar as poltronas vinho, para ficar mais à vontade e mais próximos da Mesa oficial.

O cerimonial anuncia já aqui presente a S.Exa. Deputado Reginaldo Lopes, que é o Presidente da CPI da Câmara Federal, a quem solicitamos que tome assento à Presidência da Mesa.

Transfiro a palavra a S.Exa. Deputado Reginaldo Lopes, que vai conduzir a composição da Mesa e toda a reunião.

Sejam todos bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberto o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito — Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Quero compor a primeira Mesa. Nós vamos fazer uma Mesa dos membros da CPI com os Deputados Estaduais aqui do Estado do Pará. Depois vamos fazer uma segunda Mesa de debates com a sociedade civil e, também, vamos ouvir todos que desejam fazer uso da palavra e estão presentes no plenário.

Então, para compor a Mesa conosco, quero chamar a Relatora da CPI, Deputada Rosângela Gomes.

Chamo também o Deputado Delegado Éder Mauro, que é o responsável por organizar aqui o dia de hoje.

Convido também a nossa Vice-Presidenta, Deputada Federal Mariana Carvalho, de Rondônia.

Chamo o Deputado Luiz Couto, membro também atuante na nossa CPI.

Também convido os Deputados Estaduais que estão presentes, o Deputado Bordalo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor,



que está chegando; o Deputado Estadual Coronel Neil e o Deputado Estadual Soldado Tercio.

Bem rápido, eu quero agradecer a todas e a todos pela presença.

Esta CPI foi criada no dia 26 de março. Estamos na segunda etapa de nossos trabalhos, que são as visitas aos Estados, em alguns deles com algumas diligências, para ouvir a comunidade.

Na próxima semana, a Relatora entregará um relatório preliminar de algumas proposições legislativas, trabalhando com a possibilidade de encerrarmos os trabalhos da CPI no dia 17, caso não consigamos a prorrogação.

O Deputado chegou? O Presidente?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Já convidei o Deputado Bordalo para compor a Mesa, mas parece que está a caminho.

Ele chegou? Então convido o Deputado Bordalo para compor a Mesa conosco.

Nós estamos trabalhando para que, de fato, essas visitas aos Estados possam significar um movimento, para que cada Estado se mobilize numa das ações que a CPI deve encaminhar para ser apreciada na Câmara dos Deputados, que é a emenda à Constituição para que a gente possa fazer um novo sistema, uma nova concepção sobre segurança pública, que a gente quer que seja compartilhada, federativa e republicana, e que os Municípios, os Estados e a União possam elaborar estratégias junto com a sociedade, a cada 10 anos, para ter os seus planos estratégicos.

Por que nós estamos trabalhando nessa iniciativa? Para que esse tema segurança pública e a sua ação, a sua inteligência possam ser debatidas com toda a sociedade civil. Ela deve participar da concepção, da elaboração, das metas, porque, como é de responsabilidade de toda a sociedade, nós precisamos, de fato, envolver os Municípios, inclusive a União também, nesse debate, nesse desafio.

Então, além dessa emenda constitucional que nós devemos constitucionalizar a responsabilidade dos Municípios, dos Estados e da União e elaborar esses planos estratégicos, nós estaremos apresentando um plano nacional de enfrentamento aos homicídios e violações de direitos. Então, nesse sentido, há um acerto com a



Câmara dos Deputados de que, imediatamente, apresentado o projeto de lei, nós vamos constituir uma Comissão Especial para apreciar esse plano decenal.

Então, Deputado Delegado Éder Mauro, Deputados Estaduais aqui presentes, nós queremos incentivar para que cada Assembleia Legislativa constitua uma comissão especial. Por quê? Porque nós vamos fazer esse evento hoje aqui, um ato político, mas ele deveria permanecer e, para ele permanecer vivo aqui no Estado do Pará, precisa ter uma institucionalidade. Então, nós temos pedido aos Presidentes das Assembleias para constituírem essas comissões especiais. Para quê? Primeiro, para acompanhar os trabalhos e os projetos que a CPI vai estar apresentado, mas, acima de tudo, nós queremos que a Assembleia estabeleça também e construa democraticamente com o Estado, com as Câmaras Municipais, com a sua comunidade, uma estratégia estadual, porque a ideia é que os Estados tenham a obrigação, assim como no Plano Nacional da Educação, em que os Municípios estão votando agora os Planos Municipais e os Estados estão votando os seus Planos Estaduais de Educação. Nós queremos que o tema segurança pública também passe a ser de domínio popular, e que a sociedade possa participar dessa estratégia e dessas metas.

Então, nesse sentido, a gente faz um apelo aqui aos Deputados Estaduais para constituir essa comissão para elaborar, até porque a cidade de Belém passa de 100 homicídios para cada 100 mil habitantes — um dado estarrecedor —, e no Estado do Pará, são quase 80 homicídios para 100 mil habitantes.

Nós estamos trabalhando com uma meta nacional. A ideia é que a Câmara apresente um plano, Deputado Delegado Éder Mauro, para que, em 10 anos, nós possamos reduzir isso para um dígito. O ideal seria zero. A vida é um dom de Deus, ninguém tem o direito de tirá-la. Porém, nós sabemos que é muito difícil, mas nós temos vários países do mundo... No Japão mata-se menos de um, na Comunidade Europeia, no máximo, 5 para cada 100 mil, em Buenos Aires, Capital da Argentina, 2,8.

Então, nós trabalhamos aí na perspectiva de um primeiro plano decenal que a possamos reduzir. Hoje, na média nacional, são quase 70 jovens negros e pobres assassinatos para cada 100 mil habitantes. Nós estamos propondo que essa meta



seja de nove, de um dígito. Então, nós vamos traçar essas estratégias decenais nesse sentido.

Na população em geral, o Brasil tem uma taxa de homicídios de 29 para cada 100 mil. Ou seja, na população, com recorte da faixa etária, nós passamos dobramos esse indicador. Então, o Estado do Pará tem uma missão muito grande, porque nós temos aqui inúmeras cidades, várias cidades, entre as 100 mais violentas do Brasil. Então, esse é o desafio que está colocado, e é um desafio, evidente, complexo, que não tem como resolver da noite para o dia, nós sabemos disso. Mas nós não podemos conviver num País que tenha tantos índices de violência. Ou seja, eu tenho falado pelo Brasil que há um silêncio na sociedade brasileira em relação a mortes de jovens negros e pobres. É como se tivesse ficado natural o Brasil matar negros e pobres. Então, nós estamos trabalhando para desnaturalizar, tanto que nós estamos fazendo um esforço enorme para dar visibilidade, para tirar da invisibilidade esse tema. Para isso, não adianta um evento político. Nós precisamos fazer um movimento político, mais do que um evento. Por mais que a gente faça um evento aqui hoje, um ato político enorme, grande, lotado, se ele não tiver frutos depois, pouco vai contribuir para mudar a realidade do Estado do Pará.

E nós estamos convencidos de que a melhor contribuição que a CPI pode dar é constitucionalizar essa responsabilidade de Município e Estado traçarem as suas estratégias e a responsabilidade de elaborarem seus planos decenais. Por quê? O Brasil tem uma experiência rica, vitoriosa na construção de planos. O plano da educação é o mais vitorioso. A gente tinha 1 milhão e pouco de universidades, hoje a gente tem 8 milhões. O Brasil praticamente universalizou a escola básica. Vamos universalizar, no ano que vem, a pré-escola. Quem sabe, em um curto prazo, universalizemos a escola infantil também. Ou seja, são experiências ricas.

E também há a PEC sobre segurança pública. Nós vamos sinalizar para criar o Sistema Único de Segurança Pública, que foi um desejo dos constituintes do poder originário, em 1988, mas que nunca foi regulamentado. Nós devemos apresentar um PL criando o Sistema Único de Segurança Pública. E, nesse sentido, também o Brasil é vitorioso.



O SUS é um sistema perfeito, é o melhor sistema de saúde pública do mundo. Pode precisar de uns acertos aqui, de mais investimento, mas é uma política vitoriosa o Sistema Único de Saúde. É o melhor modelo do mundo. Às vezes, há brasileiros com complexo, por acharem que é de Primeiro Mundo, e que ficam até questionando se o Brasil merece ou não políticas de Primeiro Mundo. O Brasil precisa de políticas modernas e corretas e que tratem a saúde como um direito.

O Sistema Único de Assistência Social — SUAS também é uma experiência vitoriosa. O FUNDEB, que saiu do FUNDEF, é o sistema da escola fundamental para a escola básica, que universaliza a pré-escola. Ou seja, são experiências que o Brasil traçou pós-Constituição de 1988, Constituição Cidadã, que nos dão esse desafio enorme perante a CPI.

É evidente que a CPI também deve encaminhar alguns casos emblemáticos para a Justiça Federal. Nós queremos apresentar alguns casos e pedir deslocamento de competência. Casos que não foram elucidados, porque o Brasil tem uma péssima taxa de elucidação de homicídios. Sempre é assim: baixa taxa de elucidação de crimes contra a vida, altos índices de homicídios. O país que consegue elucidar, que mostra para a população que o crime não compensa, tem baixas taxas de homicídio. O país que prioriza crime contra patrimônio e não resolve o crime contra a vida acaba sendo um país com altas taxas de homicídio.

Então, nesse sentido também, nós estamos chamando de republicano, porque nós temos que discutir com os outros poderes. Nós temos que discutir com a Justiça Criminal o modelo de policiamento que nós temos. Ou seja, a ideia é envolver todos e mais a sociedade brasileira.

Nesse sentido, eu quero dar aqui boas-vindas a todos, agradecer pela presença e fazer o apelo para que a Assembleia Legislativa do Estado do Pará possa constituir essa comissão especial, para discutir com a sociedade como se dariam as estratégias para que, nos próximos 10 anos, tenhamos uma taxa de homicídios com menos de um dígito. A ONU e a Organização Mundial da Saúde consideram taxa acima de um dígito como de guerra civil. Nós estamos vivendo uma guerra civil. O Brasil matou mais que todos os conflitos internacionais. Matamos mais do que os 12 grandes e os 50 menores, de 2004 a 2007. O mundo, em todos os conflitos, 62 conflitos, matou 206 mil. Nós matamos 209 mil pessoas. Nós não



podemos aceitar que isso seja normal; nós não podemos achar que isso é coisa natural. Então, nesse sentido, nós queremos fazer esse apelo.

E eu quero passar a palavra — vou passar para todos os membros da Mesa — para a Relatora e depois para o nosso coordenador, Deputado Delegado Éder Mauro.

Com a palavra a Deputada Relatora Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Bom dia a todos e a todas. Bom dia, gente. Cumprimento nosso Presidente Reginaldo Lopes, que, de forma bastante competente e atuante, já discorreu a respeito da função principal, objetivo desta Comissão, que investiga o assassinato de jovens negros e pobres, com muita propriedade, já conceituou o nosso trabalho, a nossa atuação. Nós estamos visitando todos os Estados da nossa Federação, onde os indicadores são mais alarmantes.

Quero cumprimentar também o Deputado Eder Mauro, esse atuante Deputado na Câmara Federal. Estendo os meus cumprimentos a sua esposa.

Quero cumprimentar também o Deputado Luiz Couto, também outro Deputado atuante na Câmara Federal, e a minha querida companheira, Vice-Presidente desta Comissão, também não menos atuante naquela Casa, Deputada Mariana Carvalho.

Ainda, quero cumprimentar o Deputado Bordalo, o Deputado Coronel Neil e também o Deputado Soldado Tercio.

Ainda quero cumprimentar, nesta manhã, no Estado do Pará, na cidade de Belém, todos os movimentos sociais que aqui vieram participar desse debate conosco, que é um dos eixos principais dessa nossa visita, porque o nosso objetivo aqui é ouvi-los — ouvir a sociedade, ouvir o Parlamento, ouvir o Estado. Na função de Relatora, nós temos essa responsabilidade de estar acompanhando a CPI em todos os Estados, para que possamos ouvir e não formar um relatório a partir de dados estatísticos.

Quero ainda cumprimentar a SEPIR, que tem nos acompanhado em todas as oitivas, em todos os Estados. Também a Secretaria de Políticas para as Mulheres, aqui presente, também leve os meus cumprimentos à Ministra Eleonora Menicucci.



Quero cumprimentar todos os funcionários desta Casa. E, mais uma vez, a todos os senhores e senhoras bom dia.

O Presidente já bem colocou aqui, nós aprovamos na Câmara Federal um plano estratégico de trabalho. E, a partir da fase introdutória, nós ouvimos acadêmicos, pesquisadores, sociedade civil, movimentos sociais, ONGs.

A segunda etapa dos nossos trabalhos seria ir aos Estados e ouvir as demandas apresentadas pelas famílias. Fizemos isso no Rio de Janeiro, em Alagoas, em Minas Gerais, terminamos, segunda-feira, uma oitiva em São Paulo e, agora, estamos aqui no Estado do Pará, que, como o Presidente já bem colocou, tem indicadores que chamam a nossa atenção e nos assusta.

E, para que a gente possa diminuir alguns conflitos, como assassinato de jovens, não só assassinato, mas também a questão da mortalidade dos jovens, suicídios e mortes no trânsito.

Deputada Mariana Carvalho, de 2000 a 2012, nós tivemos mais de 2,5 milhões de jovens mortos no nosso País.

Nós queremos, ao final deste trabalho, através da nossa relatoria — e eu a faço com muita responsabilidade —, ajudar na construção dessas PECs, que o Presidente já bem colocou, e também na construção desse Plano de Enfrentamento Nacional à Violência contra Jovens, que poderemos dizer, com muita propriedade, que o mais importante é que esse trabalho continue realmente nas Assembleias e depois nas Câmaras Municipais, para que esse tema saia de uma vez por todas da invisibilidade. Então, nossa função aqui hoje é ouvir e eu o farei atentamente a cada um dos senhores e das senhoras que aqui estão, junto com a nossa equipe técnica de Brasília que está aqui, para que possamos, ao final do trabalho, fazer um relatório com eficiência e eficácia, e encaminhá-lo ao Parlamento, naquela CPI, para que possamos aprová-lo e, em seguida, implementarmos normas que possam diminuir o assassinato de jovens negros e pobres no nosso País.

Então, quero desejar a todos também um bom trabalho; agradecer a acolhida neste Estado, não só a minha pessoa como também a todos os integrantes desta CPI.

Muito obrigada e um bom dia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sra. Relatora, Deputada Rosângela Gomes, do PRB do Rio de Janeiro.

Quero convidar para falar a nossa Vice-Presidenta, Deputada Mariana Carvalho.

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Bom dia a todos. Cumprimentar nosso Presidente da CPI, Deputado Reginaldo Lopes, nossa Deputada Federal Rosângela Gomes, Relatora de extrema importância para esta CPI, que vem fazendo, junto com esta Comissão, um diagnóstico para chegarmos a um resultado cada vez mais próximo da realidade do nosso País; cumprimentar o Deputado Federal Luiz Couto; também cumprimentar o nosso Deputado Delegado Éder Mauro, que vem também fazendo esse brilhante trabalho na Câmara Federal, trazendo a oportunidade de poder se debater e discutir esse assunto aqui na Assembleia Legislativa e saber a realidade do que acontece; cumprimentar os Deputados Estaduais, o Presidente Bordalo; cumprimentar o Deputado Coronel Neil, o Deputado Dirceu; e cumprimentar o Deputado Soldado Tercio, que teve também oportunidade de conhecer em Brasília.

Falar desse tema em relação sobre a violência, as causas e razões que têm levado a morte de jovens pobres e negros no nosso País... Muitas vezes, até quando sou questionada, pessoas acabam falando: apenas cinco CPIs podem ocorrer durante o período na Câmara Federal. E se falando que é um tema, Deputado Reginaldo Lopes, que a gente sabe que muita gente às vezes critica as discussões e a gente sabe da importância desse tema. Nós somos 27 Deputados Federais titulares e 27 suplentes que escolheram estar nesta CPI para debater esse assunto de tanta importância.

Aqui mesmo, nossa Relatora falando da quantidade de jovens que são violentados e mortos no nosso País, a gente vê que cada vez mais vem aumentando. E a nossa preocupação é quanto ao que vai acontecer com a nossa juventude, o que vai acontecer com a classe que muitas vezes a gente não consegue defender e ter lutas por essas causas. E esse diagnóstico é essencial para a gente pensar no futuro do nosso País e dar uma igualdade, uma igualdade na nossa sociedade, que a gente sabe que infelizmente vem sofrendo esse preconceito e precisamos diagnosticar para tentar ver como salvar essas vidas e fazer com que



haja essa igualdade no nosso País. E essa é a nossa luta. Falo como jovem, falo como mulher, pelos preconceitos que sabemos que sofremos no nosso dia a dia. Até mesmo, hoje de manhã comentava que, por ser muito jovem, as pessoas ainda questionam e não acreditam poder eu estar na Câmara Federal representando. ,E a gente precisa valorizar, dar o respeito merecido a nossa juventude, o respeito merecido aos nossos negros, e fazer com que a gente possa ter mais paz neste País, com mais igualdade, diminuindo esses dados e esses números.

Tenho certeza que isso vem através de uma educação cada vez mais de qualidade, a gente dando oportunidade, oportunidade de emprego. Falo pela minha região, a Região Norte do País. Sou de Rondônia, divisa com a Bolívia. E, por essa questão, a gente tem um grande número de tráfico de drogas, e isso vem aumentando. Às vezes, pelos acertos de contas, há também esse número de violência contra os jovens no meu Estado. Então, a gente veio para ouvir e vocês serão fundamentais para dizer qual é a realidade no Estado do Pará, sobre o que acontece aqui, em Belém, dando os seus testemunhos das causas para a gente chegar a uma relatoria final.

Então, eu agradeço muito a oportunidade de poder estar aqui com vocês e a presença de cada um. Hoje, a gente veio para ouvir vocês muito mais do que para falar. Então, obrigada pela participação de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Mariana Carvalho.

Concedo a palavra ao Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Bom dia a todos. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Coronel Neil, Deputado Soldado Tercio, Deputado Carlos Bordallo, quero, a princípio, agradecer ao Presidente da Casa, Deputado Márcio Miranda, pela gentileza de ceder o espaço da Casa do Povo para que nós possamos discutir um tema tão importante, que é a morte dos jovens no País.

Nós, quando decidimos fazer parte, não só da Comissão de Direitos Humanos, mas principalmente, agora, da CPI, é porque nós temos uma vivência muito grande como policial nas ruas, onde nós tivemos o desprazer de participar de



eventos, Sr. Presidente, que nos fez ver a nossa juventude envolvida com crimes, com drogas e desassistidas pelo poder público.

E, muitas vezes, tivemos a infelicidade, inclusive, de ter que participar de ações policiais em que jovens estavam envolvidos, e muitos deles também perderam suas vidas. Muitos deles tiveram participação como jovens matando outros jovens.

A importância da CPI... Hoje nós estamos aqui, e fizemos questão. Houve um esforço para trazer a CPI ao Estado do Pará, porque ela está sendo levada a algumas capitais do País e tem um objetivo muito importante, que é exatamente a questão dos jovens que têm morrido no nosso País, para que nós pudéssemos identificar se nós temos uma unificação de causas ou se são casos diferenciados.

Eu tenho entendimento pleno de que as causas são únicas e de que a importância de vir aqui era para que os nossos colegas Deputados Federais, a Relatora, pudessem sentir a questão do Estado do Pará. Hoje, Sr. Presidente, eu diria que a grande Belém, incluindo Ananindeua, é a cidade que mais mata no País.

No Estado do Pará, na questão da violência e nos últimos 6 meses, o fato da segurança pública ter sofrido uma desassistência muito grande por parte do Governo do Estado tem contribuído para isso. Então, hoje nós viemos trazer esse objeto para cá, para que possamos ouvir as instituições, os movimentos classistas, os palestrantes, a própria Polícia Militar.

Nós convidamos, inclusive, o representante da Polícia Civil. Estamos aguardando. Espero que ele venha. E gostaria, inclusive, que estivesse aqui o próprio Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará, para que pudesse dar o seu parecer sobre as questões de violência dentro do Estado do Pará, porque eu tenho a certeza de que ele deve saber muito bem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Delegado Éder Mauro.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Bom dia a todas e a todos. Quando a gente deseja bom dia e não há resposta, não há compartilhamento das energias. Bom dia.



(Manifestação no plenário: Bom dia!)

Aí, sim. Este é um aspecto importante, porque aí nós compartilhamos energias, pensamentos positivos e a nossa luta comum em defesa dos direitos humanos e em defesa da vida.

Eu quero saudar a todos, especialmente a todos os Movimentos ligados aos direitos humanos, a turma que trabalha na questão da pluralidade, na questão cultural, na questão religiosa, enfim todos aqueles que estão trabalhando.

Eu já estive aqui diversas vezes. Algumas vezes, em outras CPIs. Estive aqui na CPMI que investigou as Redes de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Estive aqui também na CPI do Tráfico de Pessoas, que tinha o Deputado Arnaldo Jordy como Presidente. Estive também aqui na CPI dos Grupos de Extermínios investigando muitas vezes também a violência praticada contra agricultores, contra as mulheres, contra crianças e adolescentes.

Hoje estamos aqui para ouvir. É importante perceber que esta CPI é uma CPI que investiga a violência e não apenas as mortes que são praticadas contra jovens, homens e mulheres; ela também investiga as outras formas de violência. Os relatórios dos membros da ONU, que vêm aqui ao Brasil, repetem sempre alguns aspectos que aparecem com muito destaque.

A primeira grande violência é o racismo. O racismo é a grande violência praticada contra as pessoas; é o preconceito de quando alguma coisa acontece, logo se envolvem as pessoas que têm a cor negra como sendo responsáveis por essas ações; são também os maus-tratos que são praticados contra as pessoas; é o tratamento cruel e desumano; são as torturas também praticadas; é o fato de que uma violência em que a juventude, por não ter condições de trabalho, de saúde e de educação, muitas vezes é recrutada pelo crime organizado para o narcotráfico.

Então, nesse sentido, nós queremos trazer essa questão da violência praticada principalmente contra crianças, contra jovens e adolescentes porque, na realidade, nós estamos identificando que há uma espécie de ódio contra esses segmentos, e nós precisamos dar um basta a isso.

O Deputado Reginaldo Lopes falou da possibilidade que se tem do compartilhamento da questão da segurança pública. Nós identificamos que a segurança pública que hoje nós temos não responde mais às demandas que têm,



que é a demanda principalmente do trabalho preventivo, para que os crimes não venham a acontecer.

É preciso investir cada vez mais em educação de qualidade para todos e, principalmente, educação para a cidadania, para que cada um de nós possamos perceber que temos direitos, mas que, a cada direito que nós temos, nós temos amplos deveres a cumprir.

É preciso cuidar para que a nossa juventude não seja exterminada. Na realidade, nós verificamos, nos últimos 10 anos, que a faixa etária que mais cresceu em número de mortes por arma de fogo foi a faixa de 10 a 14 anos, com 32,7% de crescimento.

Além disso, o mapa da violência só trata especificamente das mortes, a partir do sistema de saúde, de onde efetivamente se têm esses dados. Precisamos ter sim um banco de dados em nível nacional, alimentado com todas as violências praticadas contra esse seguimento que sofre muito.

É preciso cuidar também, efetivamente, para que nós possamos dar condições à família do adolescente, da criança, do jovem, para que tenha aquilo que é assegurado pela Constituição, mas infelizmente, nas políticas públicas, não é praticado, que é assegurar a dignidade da pessoa humana. A pessoa humana é à imagem e semelhança de Deus, não pode ser violentada, não pode ser estuprada, não pode ser torturada, não pode ser assassinada.

Nesse sentido, nós queremos, na manhã deste dia, ouvir os clamores que têm esses seguimentos e nos solidarizar com todos aqueles que sofrem esse tipo de violência, na busca de encontrar saídas para todos.

Era isso que eu gostaria de colocar nesse momento, dizer que estaremos aqui atentos para escutar todos esses clamores e poder como Parlamentar membro dessa comissão, buscar soluções para esses problemas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Com a palavra o Deputado Estadual Coronel Neil.

O SR. CORONEL NEIL - Bom dia a todos, Sr. Presidente da CPI, Deputado Federal Reginaldo Lopes; Deputada Federal Rosangela Gomes, por meio de quem



saúdo todas as mulheres aqui presentes; meu amigo e companheiro de longa data, Deputado Federal Delegado Éder Mauro, com quem tivemos uma parceria de quase 12 anos trabalhando juntos, durante esses 25 anos de carreira policial militar; Deputado Luiz Couto, Deputado Federal, companheiro; meu amigo Deputado Estadual Soldado Tercio; companheiro Deputado Bordalo; Deputado Dirceu, todos Deputados Estaduais atuantes aqui no Estado do Pará.

Eu venho aqui, Excelências, como Presidente da Comissão de Segurança do Estado do Pará, deixar à disposição esta Presidência e este trabalho, para capitanear todos esses trabalhos referentes a esta CPI e ser um membro e uma das pessoas que possa trabalhar e levantar esses dados referentes à CPI.

Nós temos vinculado vários assassinatos referentes a crianças e adolescentes no Estado do Pará. Um deles, que chocou a cidade, foi o do menor Lucas. Nosso amigo Deputado Federal Delegado Éder Mauro acompanhou de perto, brigou e lutou intensamente por essa situação.

Então, nós temos brigado nessa situação em crimes e homicídios com adolescentes no Estado do Pará. Temos um exemplo bem claro: Ananindeua é o décimo-quinto Município mais violento do Brasil em relação a homicídio, conforme o último censo do IBGE, que saiu recentemente.

Então, Delegado Éder Mauro, Delegado Geraldo, nós temos feito vários projetos de lei, aqui, no âmbito do Estado, do Pará, todos voltados a adolescentes, voltados à segurança pública e também aos policiais militares, civis, e órgãos de segurança, porque, como policial e como Parlamentar, nós pensamos que, quando você busca um objetivo que beneficie o policial direta ou indiretamente, você ganha em qualidade de trabalho e segurança para o Estado do Pará, e não só para o Estado do Pará, em nível de Brasil.

Então, um dos projetos que eu destaco com muita tranquilidade é o projeto que obriga as escolas estaduais, no âmbito do Estado, a fazer palestra antidrogas. A gente observa muito que a droga vem acabando com a família. Então, esse projeto está tramitando na Casa, e a gente tem apoio de alguns Deputados. Esperamos que esse projeto vá pra frente e siga como exemplo.

Outro projeto, também, é o projeto do uso das armas brancas. Tem crescido muito no Brasil o uso da arma branca. A gente não mede na parte penal, a gente



mede na parte de multa. Aumentamos para 20 mil UFIRs, no Pará, a multa referente a quem for pego com arma de fogo e não se enquadre na regulamentação que for feita.

Outro projeto, mais importante, também, que eu vejo que está relacionado à CPI, é o projeto que cria reserva de vaga no trabalho para mulheres vítimas da violência, e aqueles de vítimas de violência em geral, e aí entram os crimes de homicídio, aquelas pessoas que são vítimas de violência. É um projeto que tem buscado também o bem-estar da segurança pública do Estado do Pará.

Criamos também um projeto voltado a áreas de segurança escolar. Também é um projeto muito importante que está tramitando na Casa, que estabelece algumas regulamentações referentes à segurança nas escolas, porque a porta de entrada para o crescimento do jovem é a escola. Então, esse projeto normatiza algumas diretrizes: fiscalização, 80 metros em frente a uma escola caracterizados como área de segurança escolar.

Então, nós temos aqui, em 5 meses de mandato, Deputado, 15 projetos de lei já tramitando na Casa, por este Deputado, projetos voltados para a sociedade, essa sociedade vítima da violência, vítima do homicídio. Eu, como policial, com 25 anos de carreira pública, 12 anos ao lado do meu amigo Éder Mauro, compartilhando, sentindo a necessidade... Então, a gente sentia que, quando faltava o fator da família, o fator da igreja, o fatos das políticas públicas, aí vinha lá a polícia militar e a civil, através de todos os policiais, para resolver o problema social.

Então, eu quero parabenizar a CPI; quero deixar abertas as portas da Comissão de Segurança, para capitanear e dar andamento a esses recursos, e dizer que o Pará está de portas abertas. E é muito importante, aqui na ALEPA, através do Presidente Márcio Miranda e de todos os Deputados, nós fazermos audiência pública, porque é ouvindo a sociedade que nós conseguimos caminhar e chegar ao objetivo de traçar planos. E queremos parabenizar todas as organizações aqui presentes, porque é isso que é importante: cobrar do Parlamentar, cobrar das instituições, para podermos caminhar em conjunto com a sociedade, para alcançar objetivos de procedimentos.



Então, eu queria agradecer e me colocar à disposição de V.Exa., assim como a Comissão de Segurança, e parabenizar não só V.Exa., como também o meu amigo Delegado Éder Mauro, pelos trabalhos.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginado Lopes) - Muito obrigado, Deputado Coronel Neil.

Passo a palavra ao Deputado Soldado Tercio.

O SR. SOLDADO TERCIO - Bom dia a todos aqui presentes. Já estamos de recesso, então a gente vem matar um pouco a saudade da tribuna. Primeiro, eu queria parabenizar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, na figura do Presidente Reginado Lopes, que aqui está; quero parabenizar também a Relatora, Deputada Rosangela Gomes; o Deputado Éder Mauro, que é conterrâneo nosso; o Deputado Luiz Couto, que ainda há pouco chamou a atenção com um bom-dia. Quando não se responde, parece que o pessoal não está muito bem. A gente pede a resposta porque há um fluido de energias positivas sendo trocado com a plateia; também queria parabenizar, por esse trabalho que chega até o nosso Estado, a Deputada Federal Mariana Carvalho, Vice-Presidente desta Comissão, a quem conhecemos em Brasília. S.Exa. também é nortista. São os nossos irmãos mais próximos. Ainda há pouco ela até falou: *“Não venha forte, que nós somos do Norte”*. É assim o nosso jargão.

Quero frisar a presença do Deputado Bordalo, que é o Presidente da Comissão Parlamentar de Direitos Humanos, da qual nós fazemos parte; do Deputado Dirceu Ten Caten; do Sr. Marco Apolo, que faz parte da Sociedade de Direitos Humanos do Estado. Ele está sempre engajado nessa luta.

Queria parabenizar o Coronel Emílio, representante do Estado. Se vamos tratar de violência contra jovens negros e pobres, nós temos também que ter policiais para ouvir as variadas versões.

Primeiro, eu queria dizer uma coisa, senhores: ninguém é dono da verdade, ninguém pode negar. Dizem que o pior cego é aquele que não quer enxergar. São jargões populares. Também, dizer o quê: não podemos tapar o sol com a peneira. Esse é um linguajar bem fácil e que todos entendem.



A nossa juventude está se perdendo, a nossa juventude está sendo tendenciosa, está sendo cooptada para o roubo, para a criminalidade, para a violência. Todos aqui têm em mente que os crimes mais horrendos, mais escabrosos são cometidos por jovens. Mas, por que isso? Porque no jovem está a força, no jovem está a energia. Quando a idade vai aumentando, nós tendemos a perder energias. Vou citar um exemplo bem simples, o de pai de criança nova. Ele passa o dia todo no trabalho, e, quando chega em casa, a criança ainda está lá pelas 10 horas, 11 horas da noite, a 100 por hora, a 120 por hora, com muita energia: *“Meus Deus, meu filho, vamos dormir, porque eu quero descansar, pois amanhã o dia começa novamente”*.

Nós estamos perdendo essa guerra contra a violência. Estamos perdendo essa guerra contra a violência, primeiro, porque o nosso modelo de segurança pública está falido, senhores. O nosso modelo de segurança pública está falido. Precisamos rever os conceitos. Os conceitos que há 10, 15 anos funcionavam, hoje não funcionam mais. Nós precisamos dar ao jovem aquilo que ele tem de mais importante, que se chama exemplo.

Quando um jovem vê um traficante de 14 anos, 15 anos, com uma arma na cintura, com um fuzil, implantando em uma comunidade medo, respeito, tendo mulheres ao seu dispor, ele implanta em si aquele exemplo; e o exemplo não vai arrastar só os dele, vai arrastar os demais jovens, porque é do ser humano querer dominar.

Eu fui policial por 6 anos. Um certo momento da vida, eu estava numa área considerada vermelha — eu nem digo que tem mais área considerada vermelha, eu acho que o Brasil está pintado de vermelho, não é verdade? — e, por volta de 9 horas da manhã, nós paramos numa panificadora, começamos ali a lanchar, e havia seis, sete criancinhas, eu acho que com 7 anos, 8 anos, todas ali, e um disse *“Aí, tio, paga um lanchinho para mim?”* Aí, eu disse: *“Senta aí todo mundo. Paga aí, pronto”*. Eu disse: *“Cadê o pessoal, cadê o pai de vocês?”* *“Tá trabalhando, tio”*. *“E vocês estão sozinhos?”* *“Não, eu estou cuidando da minha outra irmã”*. Tinha um de 8 anos, 9 anos? Aí, a primeira coisa, que ele logo quis ver : *“Me deixa ver sua arma”*. *“Não, espere aí. Calma, relaxa, come a merenda, primeiro, aí”*. E aí eu fiquei pensando, e aquilo me tocou muito, como policial, acostumado a ver o lado violento,



mesmo, ver criança ir ao chão, com 14, com 13 anos, eu disse assim: *“Essas crianças não nascem más. Essas crianças precisam de alguém que possa orientá-las, alguém que possa destiná-las a um mundo melhor”* Porque existem duas fábricas, aí: a fábrica que produz a violência e a fábrica que tenta combater a violência. E o que acontece: as duas fábricas estão inoperantes, senhores. Porque para a mãe de um rapaz negro que morreu lá no morro, a sua dor não é maior, nem menor do que a da mãe de um cidadão, do que a da mãe de um policial. Então, o quê eu tenho a dizer: todas as mães estão chorando, seja ela de polícia, seja ela de cidadão, seja ela daquele que teve acesso ao caminho da violência por drogas, por impor respeito. Então, nós precisamos, sim, não como donos da verdade, esmiuçar; precisamos, sim, melhorar o nosso modelo gestor dos jovens. Precisamos canalizar essa força, que já era para estar canalizada, para o caminho da educação, para o caminho do esporte, para o caminho do lazer. Antigamente, roubava-se apenas quando se tinha necessidade, e parece que os ladrões, os meliantes tinham um tempo maior de vida. Hoje em dia, não. Eu fiz várias apreensões, e chega uma hora em que você percebe que a mãe do rapaz tinha um comércio, tinha um carro na garagem, tinha uma vida boa, por quê? Porque rouba por lazer, porque roubar porque virou cultura. Mas quem é o culpado? Nós, sociedade, precisamos repensar o nosso modelo.

Eu acho que esse é o papel desta Comissão: repensar, rever todos os modelos e também tirar, Relatora, orientações plausíveis, orientações objetivas. Porque, quem sou eu para tentar convencer a comunidade negra que não existe preconceito, que não existe a quantidade de mortes? Não! Preconceito só sabe quem sofre. É igual à fome. Só sabe a dor da fome quem já passou a dor da fome. Não adianta o outro dizer: *“Não, eu acho que eu sei como é”*. Não sabe, não, cara. Só sabe quem já passou.

Então, a gente coloca o nosso humilde mandato à disposição desta CPI, como parte integrante, juntamente com o Deputado Bordalo, na Comissão de Direitos Humanos aqui da Assembleia, para dizer uma coisa: vamos resolver, isso não é normal. Dois milhões e meio de jovens? Não é normal. Os nossos jornais daqui, só falta escorrer sangue. Você pode pegar qualquer jornal daqui do Estado do Pará, e ao amassar é arriscado sair umas gotas de sangue, todos os dias.



Então, deixo aqui as minhas palavras. E devolvo a palavra à Vice-Presidente da Comissão.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada pelas palavras, Soldado Tercio. A participação de todos é realmente muito importante, porque só sabe mesmo quem vive a realidade. Eu gostaria de convidar para fazer uso da palavra o Deputado Dirceu Ten Caten.

O SR. DIRCEU TEN CATEN - Bom dia a todas e a todos. Quero saudar de forma especial os representantes dos movimentos sociais que se fazem presentes nesse recinto. Quero cumprimentar a Presidenta da CPI, neste momento presidindo os trabalhos, demais Deputados Federais, meus colegas Deputados Estaduais. Faço uma saudação especial ao Deputado Federal Reginaldo Lopes, que agora está dando entrevista. O Reginaldo Lopes é uma referência para mim, como Parlamentar jovem. Foi ele o Deputado que protagonizou a aprovação do Estatuto da Juventude no Congresso Nacional, e agora está conduzindo uma proposta de reforma do ensino médio.

E aqui no Parlamento Estadual nós também estamos nos debruçando sobre essa temática. Eu aprovei um requerimento, e nós instalamos aqui uma Comissão de estudos pela reforma do ensino médio. Mas esta Comissão no Estado do Pará fará um trabalho que vai além da questão da reestruturação da grade curricular, porque o Pará possui, infelizmente, o pior ensino médio do Brasil, segundo os últimos índices, os últimos IDEBs. Nós vamos avaliar nesta Comissão o problema da evasão escolar; o problema da distorção idade-série, Deputado Bordalo; da rede física que está sucateada, do nosso sistema de ensino modular; dentre outros. Essa é uma das causas para a nossa juventude estar tão refém das drogas, da marginalidade e do crime.

Quero então agradecer a vinda da CPI ao Estado do Pará. Afinal, o nosso Estado apresenta um dos maiores índices de mortalidade da juventude negra da periferia. Eu venho de um Município, o Município de Marabá, sudeste do Estado, que infelizmente está entre os dez Municípios mais violentos de todo o País. Isso é muito triste. Uma região rica, que possui muito minério, mas tem um retorno social



insignificante. A gente vê os nossos jovens de periferia sem ter acesso e garantia ao esporte, à saúde, à cultura e ao lazer.

Então, nesse sentido, nós criamos aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Pará — e eu fui eleito Presidente — a Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de, para e com as Juventudes, uma Frente Parlamentar Mista. Nós temos a presença, Deputado Tercio, de 14 Deputados, de representantes do Poder Executivo e de representantes da sociedade civil organizada, com 14 movimentos, onde o MST tem cadeira, onde o Levante Popular tem cadeira, a Pastoral da Juventude tem cadeira. Já apresentamos uma série de projetos de lei que visam assegurar direitos a esses jovens, como o projeto de lei do passe livre intermunicipal, da garantia do primeiro emprego ao jovem que não tem experiência na função, e um projeto de lei que traz diretrizes para uma política de tratamento digno aos dependentes químicos no Estado do Pará.

E na instalação desta Frente Parlamentar em Defesa das Políticas de Juventude, apesar de um debate muito acalorado, pois nós tínhamos ali representantes — não é, Professora? — de vários movimentos sociais, de vários partidos, o Governo, a Oposição, mas nós conseguimos construir um texto, e, por incrível que pareça, foi uma unanimidade. Nós iremos publicar, ainda esta semana, um texto em que essa Frente Parlamentar Mista se coloca totalmente contrária à redução da maioria penal, ainda mais no Estado do Pará, onde nós temos um sistema socioeducativo completamente falido. No Município de Marabá, o CIAM foi fechado, e querem colocar esses jovens num sistema carcerário muito mais falido: na escola do crime. Nós temos o papel aqui de trabalhar para garantir direitos aos jovens e não retirar direitos. Jovens não precisam de celas nas cadeias, mas de salas de aula, de escolas.

Eu costumo dizer, caros Deputados e Deputadas, colegas e colegas, que a juventude não pode ser vista como uma fase de transição da adolescência para a vida adulta, mas como sujeito de direito que precisa de uma atenção toda especial do poder público. E o meu mandato vem somar forças a essa luta. Precisamos nos unir, os entes federados com a sociedade civil organizada, para tentar construir uma sociedade mais justa, com mais dignidade onde nossos jovens possam ter oportunidades.



Muito obrigado a todos. Bom dia. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Muito obrigada, Deputado Estadual Dirceu, pelas suas palavras. Ver um jovem como você, aqui, representando o Estado do Pará, nos deixa muito felizes, é a participação da juventude.

Eu gostaria de desfazer esta primeira Mesa. Agradeço a todos por suas palavras. E agora, ao fazermos a nossa segunda Mesa, eu gostaria de pedir à Deputada Rosangela Gomes, Relatora, que aqui permaneça. Aos demais, muito obrigada pela participação.

Eu gostaria de convidar, para compor a Mesa, o Coronel Emílio Ferreira, representando a Polícia Militar; o Sr. Arthur Leandro, Professor da Universidade Federal do Pará (*palmas*); o Deputado Estadual Bordalo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos (*palmas*); a Sra. Janaína Barbosa de Oliveira, Diretora de Diversidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres. (*Palmas.*)

Para fazer uso da palavra, convido o Coronel Emílio Ferreira, representando a Polícia Militar.

O SR. EMÍLIO FERREIRA - Bom dia a todos. Saúdo a Mesa, na figura da Presidenta; senhoras e senhores aqui presentes, permitam-me ser um tanto quanto informal, até para que nós possamos ganhar tempo na discussão e no debate, que eu acho que é o mais importante. Quero dizer que é uma satisfação, enquanto policial e representando uma instituição policial militar, estar ouvindo todas as falas para, logicamente, colaborar com toda essa discussão.

A questão que está sendo tratada com relação aos homicídios dos jovens tem tudo a ver com segurança, mas não tão somente com segurança pública. Ela faz parte de todo um contexto, de todo um processo que visa evitar e prevenir que homicídios aconteçam e que os nossos jovens sejam não só os autores, mas também as vítimas.

Ouvindo atentamente as falas anteriores, digo que a motivação, talvez, maior, passe por aspectos sociais e também estruturais, de Governo e de ações que necessitam de atenção. Eu diria que, principalmente, o fator família precisa ser encaminhado; principalmente, o resgate de valores morais e sociais de convivência, que, por algum motivo ou por uma série de motivos, no Brasil, vem sofrendo uma



transformação de forma negativa. Isso tem invadido não só os lares pelo Brasil afora, mas, como também foi muito bem falado aqui, as nossas escolas. Esses valores vão refletir no comportamento dessa sociedade. Os exemplos são os mais variados possíveis.

O nosso Presidente aqui falou da Argentina. E eu tive a oportunidade de, *in loco*, verificar. O maior problema da polícia argentina, ou da sociedade argentina, não são os homicídios. Eu tive oportunidade de, visitando a Argentina, numa missão oficial de policiais militares que foram em visita à Argentina, ir a um bairro mais violento de Buenos Aires. Lá, eu fiz uma pergunta a um representante do Ministério da Justiça: “Qual é a taxa de homicídio dessa localidade?” E ele gentilmente nos respondeu: “12 homicídios”. E todos nós, pasmos, perguntamos: “Ao mês?” E ele: “Não, ao ano”. E ainda é um índice alto para eles.

O problema na Argentina não é o homicídio. O problema na Argentina — pasmem os senhores, é até de certa forma é engraçado — são as torcidas organizadas do Boca Juniors, que promovem vandalismo, quebra-quebra na cidade, mas não homicídios. Eis aí uma questão de valores morais, de comportamento dessa sociedade, que tem na educação, como um dos seus pilares, o cultivo de valores morais e sociais. E, vindo para o Brasil, nós realmente precisamos fazer um pacto de transformação nesta sociedade, justamente valorizando essas questões morais, essas questões que são tratadas no dia a dia.

Nós não podemos viver uma anomia social em que se discute o que é certo e o que é errado. Será que o certo é duvidoso? Será que o errado é que é vantajoso? Precisamos cair por terra com aquela situação de que se deve levar vantagem em tudo. Precisamos discutir realmente rumos, para que se fortaleça a família e, em consequência, a educação, porque aí, sim, nós teremos um Brasil, com certeza, melhor. E a segurança pública tem se preocupado e discutido muito isso. Quando se fala em um modelo, eu não diria que talvez o modelo deva ser discutido. Eu acho que talvez deva ser discutida a filosofia desse modelo. E hoje de maneira quase que única, está se encaminhando para uma polícia não só mais bem treinada, mais bem formada, mas principalmente que vá auxiliar e ter como seu cliente o cidadão; a aproximação desse sistema de segurança, ou dessa polícia, do cidadão, para o qual nós prestamos um serviço. E temos que prestar um serviço de boa qualidade.



Isso, hoje, no Estado do Pará, já se tem como uma filosofia de trabalho, já se tem como uma estratégia de trabalho. E onde se tem colocado essa postura de aproximação, os resultados têm sido muito promissores de situações que, muitas vezes, num primeiro momento, *grosso modo*, não se via uma saída. Hoje, já se tem uma melhora significativa na constituição daquela comunidade, daquele local, não só na questão da segurança, mas também na questão estrutural, que é um fator que colabora também para o cometimento do crime.

Então, de maneira geral, acredito — e aí fica a discussão, a sugestão — que, logicamente, algumas medidas estruturais precisam ser tomadas. Mas, principalmente, talvez a mudança da filosofia de intervenção em questões que envolvem não só a criminalidade, mas, principalmente, o homicídio. E aí os dados nos dizem muito, não é? Em 90% dos casos de homicídio existe uma relação entre vítima e causador. Noventa por cento! Na grande maioria, às vezes, até amigos que sentam num bar para tomar uma bebida alcoólica e acabam um atingindo o outro de maneira mortal.

Então, esses são fatores de comportamento que precisam ser encaminhados.

E aí fica a minha sugestão, no caso, para a CPI, no sentido de que nós possamos encaminhar, logicamente, na questão do fortalecimento desses valores morais, tendo por base a família e a escola. E, quanto ao modelo, talvez a mudança da filosofia de intervenção, e que não seja uma intervenção única e exclusivamente de segurança, mas que também outros órgãos, outras instituições, cada uma dentro da sua esfera de responsabilidade, possam intervir para, juntos, realmente, de mãos dadas, fazer com que aquela situação seja resolvida. E o art. 144 traz essa mensagem, quando diz que segurança pública é dever do Estado, direito, mas também responsabilidade de todos, não só em nível federal, em nível estadual, mas também municipal, como está muito bem sendo colocado aqui.

Então, eu queria agradecer a oportunidade e dizer que a Polícia Militar está de portas abertas para recebê-los. Hoje, como eu disse, essa filosofia de trabalho tem sido a estratégica do Comando; não só do Comando, mas também da Secretaria de Segurança, para mudar realmente a face e reverter, de maneira positiva, a questão da segurança pública em nosso Estado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Muito obrigada, Coronel Emílio Ferreira.

Eu gostaria de pedir que a gente estabelecesse um tempo — e a gente tem feito isso em todas as audiências — para dar oportunidade para todos falarem. Então, vou deixar para todos da Mesa o tempo de 5 minutos. E todas as pessoas que quiserem falar, pelo tempo de 3 minutos, venham aqui se inscrever. É importante a participação de todos.

Gostaria de convidar, para fazer uso da palavra, o Sr. Arthur Leandro, Professor da Universidade Federal do Pará. E aproveito para convidar o Deputado Reginaldo Lopes para presidir aqui a Mesa.

O SR. ARTHUR LEANDRO - Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar os membros da Mesa, em especial, Janaína Oliveira, que hoje está na Secretaria de Políticas para as Mulheres e também é parceira dos movimentos sociais, e, em especial, também a senhora, Deputada. E, para mim, é importante cumprimentar as mulheres da Mesa, uma vez que a composição é exclusivamente masculina.

E, cumprimentando as mulheres da Mesa, eu começo com algumas observações.

Primeiro, quero registrar que, na Mesa, nas falas da sociedade civil, eu não vejo as vítimas dessa violência. Isso é um dado indicador. Eu sou Arthur Leandro, sou (*ininteligível*), sou professor da Universidade Federal do Pará, faço parte do GEAM — Grupo de Estudos Afro-Amazônico, um dos NEABS — Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros da UFPA, trabalho com a sociedade, defendo a causa negra, sou membro do Movimento Negro, estou no Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial e no Conselho Nacional de Políticas Culturais, representando o Colegiado Nacional Setorial de Culturas Afro-Brasileiras.

Eu não vejo aqui as vítimas. Eu não vejo compondo esta Mesa, por exemplo, as famílias negras, as mulheres negras, que são as maiores vítimas dessa violência, que é quem vê o marido ser assassinado, que é quem vê os filhos serem assassinados. E, sem essa representação, eu penso que a CPI ou esta audiência pública pode, pelo menos, ser colocada em xeque. Para não usar palavras muito duras, como, sei lá, farsa ou coisa parecida, eu acho que a gente pode colocar em



xeque ou a gente pode colocar uma dúvida, levantar uma hipótese de que a ausência dessas pessoas aqui pode ter também alguma coisa com as relações de poder no próprio Estado do Pará.

Nós temos uma população de 76% de negros e pardos, uma somatória de negros e pardos. A primeira coisa que eu gostaria de citar aqui é que lamento muito que a representação paraense insista, em várias audiências desta CPI, em negar o racismo ou em negar que essa violência tenha uma cor, colocando isso apenas na condição social de pobreza. No Brasil, a pobreza também tem cor, e a grande maioria da população pobre é a negra.

Então, quando a gente fala que esta CPI investiga a violência contra jovens negros e pobres, termina que negros e pobres se tornam uma redundância, porque a grande maioria da população pobre é preta e parda. E aí negar a cor, quando se fala da mortandade de jovens, é fugir, escamotear, querer negar, mais uma vez, o racismo no Brasil.

Isso eu já coloco como premissa, que qualquer coisa que a gente venha a falar tem que partir do princípio de que, se essas coisas acontecem, elas acontecem por causa de um histórico social brasileiro calcado na base de uma sociedade escravocrata. A grande maioria da população que vivia aqui era de trabalhadores escravizados, numa nítida divisão internacional do trabalho e divisão racial do trabalho, em que o branco era o dono da terra, dos bens, e ia se buscar a mão de obra gratuita em outro continente, no continente africano, para servir de mão de obra para a construção de mais-valia de uma elite branca que tinha propriedade.

Se nós continuarmos negando que essa estrutura social permanece em nossos dias, sinceramente, acho que é difícil chegarmos a uma conclusão que venha a mudar alguma coisa ou a mudar as relações sociais e as relações raciais no Pará ou no Brasil.

O Deputado Luiz Couto estava falando que a CPI investiga todo o sistema de violência e não única e exclusivamente os assassinatos. Nesse sentido, a princípio, eu diria que nós temos os dados do Estado do Pará, temos vários estudos sobre isso. Então, nós temos o relatório da CPI das Milícias, que foi concluído acho que em janeiro deste ano de 2015 ou no ano passado, não sei. Nós temos diversos dossiês sobre a violência, dossiês construídos inclusive pela sociedade civil. E, aí,



destaco o papel do CEDENPA — Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, de várias organizações que já fizeram esses levantamentos, que têm estudos. A própria Comissão de Relações de Etnicidade e Raça da OAB tem vários estudos e vários indicadores dessa violência no Estado do Pará.

Deputado Reginaldo Lopes, eu acho que, como Presidente da CPI, V.Exa. poderia requerer esses estudos dessas organizações. Ao invés de a sociedade civil ter que chegar até a CPI, eu acho que vocês, como representantes do povo, poderiam chegar até o povo e dizer: *“Olhem, vocês podem nos dar esses relatórios para que façam parte do material constituído dessa investigação contra a violência”*.

E, contra a violência, como esses dados já existem, eu sinceramente não gostaria de trazer nenhum caso específico, até por essa situação constrangedora para a sociedade que não se sente à vontade de estar aqui.

Eu gostaria só de entrar numa questão de tempo, porque, todas as institucionalidades não tiveram limitação de tempo. Eu estou aqui como sociedade civil e eu gostaria de ter o mesmo direito. (*Palmas.*) E tempo é Rei de Angola, não se divide tempo; muito pelo contrário.

E estou falando isso também, porque a questão também não é só o genocídio, mas também o etnocídio. O etnocídio que nega, por exemplo, as raízes culturais, que nega as tradições africanas no Brasil, com uma imposição de um *modus operandi*, de uma cultura de vida, de outra forma de ser, baseada no eurocentrismo, inclusive, essa de dividir tempo. *“Zara Kitembo, Zara Kitembo”*. Tempo, para nós, é divindade.

Todos esses dados já são parte de relatórios, já foram narrados inclusive em situações oficiais, em CPIs, em processos de escuta, em tudo. Então, esses dados existem, o racismo é evidente. O que nós precisamos é que o Estado assuma isso e aja com políticas públicas.

Todo mundo falou aqui em políticas públicas, mas eu ia contar uma estorinha que começa quando dois jovens negros saem para fazer um mandado. Por exemplo, sair daqui de onde nós estamos para ir ali ao armarinho, na Treze de Maio, comprar uma agulha ou alguma coisa que nós estivéssemos precisando. No meio do



caminho, se ele tiver o azar de encontrar a polícia, de encontrar o agente de Estado, ele vai sofrer violência de Estado.

Eu estava aqui até pedindo à Janaína para usar o aparelho dela para fazer uma busca na Internet, porque eu queria saber exatamente como era a frase. Mas eu vou repetir uma frase dita ou vou repetir a essência do que disse Makota Valdina, em uma audiência pública do Governo do Estado da Bahia, ainda quando Jaques Wagner era Governador. Ela disse: *“Eu quero perder o ódio que eu tenho da polícia”*. E eu quero usar essa frase da Makota Valdina para dizer: *“Eu quero perder também a revolta, para não dizer o ódio, mas a revolta que eu tenho pela instituição polícia, a revolta que eu tenho, o medo que eu tenho da instituição polícia”*. E dizer que, não só nos estudos brasileiros, mas, se a gente for pegar a orientação da ONU para o Brasil, é para a extinção da Polícia Militar.

E aí eu vou concordar com o Deputado Soldado Tercio, quando disse aqui que a gente precisa de um novo modelo de segurança pública. Mas eu quero um novo modelo de segurança pública baseado em cidadania, direitos humanos e direitos da pessoa, e não da defesa da propriedade, porque, quando nós estamos falando em defesa da propriedade (*palmas*), nós tornamos essas pessoas, as que são agentes do Estado, representantes do Estado, em um determinado momento em que, digamos assim, não há crime, mas apenas porque essa instituição se tornou, ela atende única e exclusivamente a defesa do patrimônio.

As pessoas que não têm patrimônio são tratadas como bandidas, mesmo quando não cometem crime. E aí existem vários exemplos, mas eu posso dizer um que eu vivenciei. Na frente do *shopping*, aqui na Padre Eutíquio, tinha um artista de rua se apresentando, e isso incomodou a direção do *shopping*. Ele não estava cometendo crime nenhum, mas o policial foi lá e tirou o rapaz da calçada, porque o dono do *shopping* acionou a polícia. E a polícia não defende o cidadão, o direito do cidadão que está ali na calçada. Ela defende a propriedade e o direito do dono do *shopping*.

É contra essa polícia que a gente fala, é contra essa polícia que, em 500 anos de racismo, nós tivemos lá primeiro os capitães do mato; depois os capitães do mato são recrutados para formar a Guarda Imperial; da Guarda Imperial, nós vemos aí a Polícia Militar. Essa tradição do capitão do mato, de perseguição do negro, a gente



não perdeu em 500 anos de Brasil e, muito menos, em cento e poucos anos de República.

E essa defesa, digamos assim, essa atitude vai desde as milícias, desde a perseguição à família, porque esse jovem que sair daqui e for a Treze de Maio e no caminho encontrar com a polícia, dois jovens em uma bicicleta, jovens negros em uma bicicleta, ou eles roubaram a bicicleta ou estão preparando um roubo. Dali vão à delegacia, e, a partir do momento que vão à delegacia, eles têm lá o registro, eles sabem onde moram, sabem quem são e o nome do pai e da mãe. Aí começa outro processo que, sabemos, não é de todo mundo.

Existe o bom policial, mas, infelizmente, o que nós estamos falando aqui não é do bom policial, é de um policial que usa a farda também para cometer crime. Aí chega a casa dessa família, chega lá na mãe que está abalada, porque o filho foi para a delegacia, chega lá e diz: *“Olhe, ele já foi detido. Pensa que eu não sei quem é esse menino aí? Se ele aprontar, ele vai para a cadeia. Para não o deixar ir para a cadeia, me dê tanto”*. Aí lá vai fogão, geladeira, todo o patrimônio que essa senhora, que a pobreza da periferia, que a pobreza do mundo negro constrói com um esforço danado, vai como suborno para o filho, que não cometeu crime, não ser preso.

O resultado de todo esse sistema, desse sistema racista que coloca essa juventude nisso daí, é que ele só tem um caminho. O caminho que ele tem é o caminho da marginalidade. E quem empurra esse jovem para o tráfico, e aí tem outra coisa também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Professor.

O SR. ARTHUR LEANDRO - Eu vou concluir, Sr. Presidente.

Os carros da polícia têm GPS, e todo mundo sabe que eles vão até as bocas pegar suborno. Quem mora na periferia enxerga isso. Isso também está relatado nesses relatórios que eu citei aqui. A própria polícia sabe disso, porque ela controla, sabe onde o carro está e onde estão as bocas. Se quem mora na periferia sabe, a polícia também sabe.

Por fim, tenho aqui uma carta, assinada por quase 71 organizações do movimento social, que eu gostaria de ler e encerrar com ela:



*“CARTA MANIFESTO PARA A CPI NACIONAL QUE
INVESTIGA A VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS
E POBRES NO BRASIL*

Mata-se muito no Brasil e o Pará está entre os estados que mais matam no País nos últimos anos, em especial, o jovem negro nas periferias. O índice de homicídios no país fica entre os mais altos das Américas e do mundo. O fato é que a violência e em especial a violência que afeta a população negra vem desde que o Brasil foi ocupado por portugueses; há cinco séculos, toda a sua história apresenta fartos casos dessa natureza e de negação do racismo, seja pela sociedade, seja pelo Estado.

Pelo fato das vítimas desse tipo de crime serem historicamente invisíveis e excluídas em uma sociedade com grandes desigualdades sociais dentro de um sistema opressor e que discrimina diversos grupos como pobres, jovens negros de periferia tais crimes não são visibilizados nem chocam a opinião pública. Alguns pesquisadores do tema Violência falam sobre a ‘exclusão moral’ em que são vítimas os negros, a partir do qual ‘ações bárbaras’ das forças repressivas podem atingi-las, sem que isso cause indignação na opinião pública, diferentemente do que acontece quando os atingidos pela repressão estatal durante o regime militar ou mais recente, nas manifestações no Brasil são pessoas bem situadas socialmente.

O direito à vida, o direito à integridade física e moral, bem como a garantia de proteção judicial, do devido processo legal e de ampla defesa são direitos assegurados tanto no âmbito nacional, como no âmbito internacional, mediante os tratados internacionais de



proteção de direitos humanos ratificados pelo Estado Brasileiro. No entanto, tais direitos foram historicamente negados a população negra no Brasil e atualmente os estudos estatísticos, como o Mapa da Violência e o Índice de Violência Juvenil, apontam um risco altíssimo quanto aos jovens negros nas periferias serem alvos de assassinatos no Brasil.

Pois bem!!! O Parlamento brasileiro, diante dessa triste realidade não se omitiu e em 26 de março de 2015 e a partir do requerimento do deputado Federal Reginaldo Lopes, PT MG foi aprovada e instalada a CPI da violência contra jovens negros e pobres, com o objeto certo e determinado: apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil com 26 membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo a rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com o regimento interno da câmara dos deputados.

Entre os membros da CPI nacional encontra-se o Deputado Federal paraense Delegado Éder Mauro, do PSD/Pa e o único representante do Estado do Pará na citada CPI sobre a violência contra jovens negros e pobres no Brasil. E para nossa surpresa e indignação é que ao consultar as notas taquigráficas da referida CPI na sessão do dia 14 de abril de 2015 o referido deputado informou, textuais: 'Sr. Presidente, Sr. Palestrante Antonio Teixeira, tenha certeza de que os números que você traz são importantes para esta comissão, já que a Comissão foi instalada para que possamos apurar as mortes de jovens deste País. Volto a insistir, na última sessão,



houve um palestrante que nos colocou a questão das mortes dos jovens. Ficou bem claro que os nossos jovens estão morrendo em nosso País. Aí veio a questão da cor. Mas me preocupa, porque eu tenho as minhas convicções. Cada um tem as suas convicções. Esta CPI está para que apuremos, na verdade, não bem questões de que cor morreu. Mais que são nossos jovens que estão morrendo, são.’ (notas taquigráficas da sessão da CPI, em 14.04.15, em site da Câmara dos Deputados.)

Também observamos que em diversas ocasiões posteriores em que este deputado se manifestou, o fez de forma semelhante nas sessões da CPI, negando o recorte racial, objeto direto desta CPI, mesmo diante de especialistas, acadêmicos, cientistas, ativistas sociais, familiares de vítimas de violência contra a juventude negra nas periferias e até de policiais militares, delegados de polícia, peritos criminais e deputados de seu próprio partido já afirmarem o fenômeno do extermínio da juventude negra no Brasil.

Ora, sendo o único representante do Estado do Pará e um dos poucos naquela Comissão que tem objeto certo e determinado de investigar a violência contra jovens negros e pobres a se manifestar contrário a investigação que especifica a questão racial no assassinato de jovens no Brasil nos perguntamos: o que ele está fazendo ali? Se desde o início dos trabalhos este deputado, de forma peremptória nega a questão racial numa CPI que investiga justamente a questão racial, para as diversas violências cometidas contra os jovens negros de periferias?

Por isso, nós dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil abaixo assinadas, declaramos que este



Deputado não nos representa e nem está contribuindo com as investigações da CPI, pois a nega na origem e nega o racismo no Brasil (palmas), invisibilizando a violência histórica contra a população negra no Pará e no Brasil e por isso requeremos:

1. Que esta carta seja lida em plenário na sessão de audiência Pública (...)” — como eu já o fiz —;

“2. Que a Presidência da CPI nacional encaminhe ao PSD esta carta para que ao PSD para que o mesmo promova a imediata substituição do deputado federal Delegado Eder Mauro por estar prestando um desserviço a própria CPI e a tantos movimentos que lutam pela dignidade dos povos negros e negras no Pará e no Brasil. (Palmas.)

3. Encaminhamento desta carta a sociedade paraense e a imprensa para conhecimento.”

Assinam o documento 71 organizações. Eu gostaria de entregar a V.Exa. este documento. *(Palmas.)*

Por fim, e já encerrando, só mais uma coisa. O Deputado Soldado Tercio disse também que as pessoas roubam por diversão. Eu quero saber se a polícia também mata por diversão.

Obrigado. *(Palmas prolongadas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós recebemos a carta e a manifestação. Eu acho que o Parlamento é a Casa do contraditório. Nós criamos a CPI, da qual eu fui autor, com um recorte específico, mas, evidentemente, como CPI, ela tem um processo de investigação. E o processo de investigação feito pelo Parlamento tem que respeitar a pluralidade de opiniões, inclusive de linhas diferentes de compreensão e de investigação.

Nós recebemos a carta, mas é evidente que nós não vamos nos manifestar em relação ao PSD, porque, primeiro, cabe ao PSD fazer a indicação; e, segundo, nós respeitamos a opinião do membro da CPI que afirma que há mais mortes de pobres do que negros.



Não cabe à CPI, inclusive à Presidência, evidentemente, nenhum tipo de pré-compreensão em relação aos resultados da CPI. Quem vai decidir se há genocídio ou não é o Plenário, a partir do relatório que vai ser apresentado.

Eu, pessoalmente, já dei minha posição. Eu acho que há um genocídio no Brasil. Eu acho que, além da morte física dos negros, há uma morte simbólica dos negros. E aí o Deputado Delegado Éder Mauro tem razão quando diz que o problema é que o Estado brasileiro não fez e não universalizou as políticas públicas. Eu também concordo com o Deputado Éder Mauro no sentido de que há uma ausência de reparação do Estado brasileiro em relação aos negros no Brasil.

A nossa Abolição da Escravatura foi um faz de conta, 127 anos. Na verdade, a lei que decretaria a Abolição tinha vários outros artigos. Era para terem indenizado, garantido terra, educação, cidadania. Rasgaram tudo e apenas acabaram com o trabalho escravo, expulsando os nossos negros aos morros e garantindo aos novos que chegaram, aos imigrantes, direitos, cidadania, terra, escola.

Então, é evidente que no Brasil há uma dívida enorme, que não foi reparada ainda, com os nossos negros. Portanto, essa ausência de política educacional, política habitacional, política profissional diferenciada para os negros em relação aos brancos promove mais do que uma morte, que essa morte é tão perversa ou igual à morte física. Por isso, na minha compreensão, há, sim, um genocídio em relação aos negros no Brasil por essa morte simbólica que se soma a 80% de morte física.

Portanto, nós recebemos aqui a manifestação, mas entendemos a contribuição do Delegado Éder Mauro na CPI, com seu olhar no processo de investigação, que respeitamos. Vamos ver qual será o relatório final e o que vamos aprovar no plenário.

Quero passar a palavra à Sra. Janaína Barbosa de Oliveira, Assessora Especial da Coordenação de Diversidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

A SRA. JANAÍNA BARBOSA DE OLIVEIRA - Bom dia a todos e a todas. Quero saudar a Mesa, na pessoa do nosso Deputado Reginaldo Lopes, que tem presidido a CPI, e os movimentos sociais que estão aqui presentes. Vossa pessoa foi moldada dentro dessa luta e dessa resistência do dia a dia.



A Ministra Eleonora teve oportunidade de ser convidada para estar na CPI. Ela se fez presente. Fez, inclusive, uma análise de como a Secretaria via esse processo do extermínio da juventude negra, especificamente na pauta das mulheres e das jovens mulheres negras, das mães, das esposas, das primas, das sobrinhas, que também perderam seus entes vítimas de violência.

Então, primeiro, quero deixar claro que tem um grupo de trabalho interno na Secretaria que tem pensado em como adaptar a rede de atendimento, que é a nossa rede de enfrentamento à violência, para atender, psicossocialmente, essas mulheres que perderam um parente, em especial, os filhos, porque é muito comum a gente ver as mães perdendo seus filhos para a violência. Esse grupo pensa como implementar políticas com mais qualidade de inclusão para essa população.

A SPM é a única Secretaria que compõe a PNAMPE, que é uma comissão que debate a condição da população carcerária no País, junto com o Ministério da Justiça. A gente também tem feito o debate sobre as condições dessas mulheres. E há um aumento anual e expressivo das mulheres negras em cárcere. Então têm aumentado as apreensões de mulheres jovens negras. É claro que, junto, vem associado o tráfico, mas os autos de resistência já nos contavam a história muito antes dos dados oficiais.

O fato de estar no Governo me deu a oportunidade de ouvir o grupo Reaja. E eu ouvi uma médica carinhosamente dizer: *“O fato de eu ser médica não impede que eu passe pelo processo de racismo”*. O fato de eu estar no Governo Federal também não tem impedido que eu passe pelo processo de racismo, nem impediu que eu fosse abordada por policiais em Brasília.

Se não fizemos o reconhecimento de que os instrumentos que temos hoje são instrumentos que escolhem o público não só pela faixa etária, mas também pela etnia, não conseguiremos avançar na política. Eu concordo que precisamos ter mais políticas efetivas, que a população negra tem que ter mais acesso igualitário à política — é igualitário, não é privilégio.

Eu, inclusive, comentava com o Arthur, da SEPPIR, que o único momento em que a juventude negra neste País não responde pelo maior índice de violência é nos acidentes de trânsito, porque a juventude branca detém um alto índice. Eu não estou falando do pedestre, estou falando de quem conduz o carro. Então, esse é o único



momento em que a juventude branca é a maior vítima. Mas, em todas as estatísticas, seja até, por exemplo, na questão da homofobia no País contra a população LGBT, as maiores vítimas são os jovens negros gays, travestis, ou lésbicas. Então, você tem a população negra sempre vítima constante de uma violência.

O que cabe ao poder público, com seriedade e compromisso, é garantir o acesso à política, é garantir esse acesso com qualidade, mas temos que estar conscientes de que o racismo existe. Inclusive a minha Ministra fez questão de colocar que, nesses indicadores, esses jovens são vítimas também, porque há racismo nesse processo. Se a gente não fizer esse reconhecimento e não tiver disposição para ouvir a sociedade civil... E aí temos que ouvir a sociedade civil nos seus mais variados relatos, inclusive nos contrários, naqueles em que, às vezes, os dados estatísticos não traduzem tanto a realidade...

Mas acho que faltou, inclusive nesse processo, ouvir mais, combinar e construir junto com a sociedade civil esse momento, para que tivesse uma relação paritária entre as opiniões do poder público e da sociedade civil. Isso, hoje, não implica que a gente não possa, nesse decorrer do dia, ter essa atividade.

Quero, novamente, colocar a Secretaria de Política para as Mulheres à disposição — a Ministra já fez isso — para a sociedade civil do Estado do Pará. A gente tem debatido, tem feito discussões, tem reunido com as organizações nacionais que nos têm procurado, para pensar política para a população negra. Nós estamos à disposição.

Quero dizer que, para o País avançar, a gente precisa reconhecer, o Estado precisa reconhecer que o racismo é o principal fator que executa os nossos jovens. Não é a diversão por roubar, não é a diversão por achar que eu tenho que tirar a vida de outro, não é por diversão. Não vai ser a redução da maioria penal neste País que vai resolver o problema. Ou a gente começa a tratar o crime na ponta, com seriedade, com quem, de fato, controla o crime neste País, ou a gente vai continuar dialogando... Eu vou lá à periferia, eu mato aquele cara lá na esquina, o cara bem pequenininho, que faz aquela boquinha... E eu continuo tendo uma série de pessoas que detêm o poder, de fato — e aí detêm o poder em várias esferas —, e não sofrem quaisquer consequências dos atos. Mas você está ali propondo o tempo todo



que a juventude é uma juventude que vai mais cedo para o cárcere. Eu faço caminhadas nos corredores vibrando por isso.

Eu queria que a gente vibrasse mais por ter educação neste País. Eu queria que a gente vibrasse mais por garantir acesso à população negra, com qualidade, com respeito. Eu acho que nós temos muito para avançar, mas não temos como tratar a condição da juventude brasileira neste País, em especial dessa juventude que está na periferia, sem dizer que cara essa juventude tem. Essa juventude também batalha todo o dia. Nós temos jovens que levantam cedo, às 5 horas, às 6 horas, para carregar peso, para trabalhar o dia todo, para, no final do dia, ir a uma escola para tentar melhorar a sua condição educacional e ser abordado várias vezes por dia, sendo confundido com bandido, sendo executado como bandido e assim sucessivamente. Aí a gente tem o Estado que tem o poder para justificar as suas ações, os seus comportamentos, mas não garante direitos.

Portanto, para garantir direitos, a gente tem que reconhecer que existe o racismo; para garantir direitos, a gente precisa mudar o sistema que a gente tem hoje neste País, que é um sistema excludente e que faz dos jovens brasileiros, dos adolescentes, das mulheres e dos homens negros vítimas eternas. Daqui a 1 século, talvez a gente volte a fazer esse debate se a gente não mudar agora na raiz, vítima de um racismo que nos diz o tempo todo onde a gente deve estar, e este estar não é estar no espaço de poder, é na periferia, sendo executado, sendo humilhado.

Quero me sensibilizar, como a minha Ministra fez, com a CPI. Com muito carinho, vamos olhar essas mães que perdem os seus filhos, os seus esposos todos os dias, vítimas dessa violência. E eu acho que a política também tem que perpassar por elas e fazer esse atendimento, até porque, se a gente for comparar o quantitativo de pessoas que morrem com fardas e sem fardas no exercício das suas atividades, a gente vai ter um espanto com o número. E aí talvez essa violência que as pessoas tanto apresentam, que é praticada tão grandemente por adolescentes, não chega a ser 1% neste País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Janaína, só para ajudar nos seus dados. O índice de morte no trânsito começa a ter quase uma inversão entre brancos e negros, principalmente por causa da profissão: motofrentista, motoboy, mototaxista. Hoje não há uma precisão, mas caminha também para que



haja uma ampla maioria de mortes de jovens negros no trânsito, em que matamos, em 30 anos, 1 milhão de pessoas, o que é um absurdo.

As cidades são extremamente violentas. O direito à cidade talvez seja o grande debate que nós vamos fazer. As pessoas quase não têm direito à cidade mais. Como se diz, há uma demonização das ruas. A rua, onde a vida pulsa, está cada vez mais demonizada.

Quero passar a palavra ao Deputado Bordalo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará.

O SR. BORDALO - Sr. Presidente, meu caro companheiro Deputado Reginaldo Lopes, Presidente desta CPI, Deputada Rosangela Gomes, Relatora desta CPI, Deputada Mariana Carvalho, Vice-Presidente desta CPI, Deputado Delegado Éder Mauro, membro titular desta CPI, Deputado Luiz Couto, companheiro Luiz Couto, membro titular desta CPI, meus colegas Deputados Estaduais, companheira Janaína Oliveira, Coordenadora-Geral da Diversidade, da Secretaria de Políticas das Mulheres, da Presidência da República, Coronel Emílio Ferreira, em nome do CEDENPA, do Mocambo, da SDDH e da OAB, quero cumprimentar todos os movimentos sociais aqui presentes.

Sr. Presidente, eu tenho 5 minutos. Não vou repetir o que para mim é a causa principal da violência contra jovens e que, em particular, no seu recorte racial, é a histórica exclusão do nosso povo.

Nosso Estado sofreu fluxos migratórios intensos, e em cada fluxo nós carregamos, cada vez mais, um ciclo de exclusão, de aumento da pobreza, da desigualdade, da miséria. Inclusive há um recente, com a construção de hidrelétricas como Belo Monte, que agora já começa a ter seus impactos: mais de 20 mil pessoas já vieram para Altamira, e Altamira virou um paiol de violência, de exploração sexual de jovens e adolescentes. Acaba o projeto, nós vamos mandar energia para fora, e vai ficar o impacto, como sempre foi. E não nos esqueçamos de que este Estado é um dos Estados mais representativos do ponto de vista da resistência negra, nos mocambos.

A nossa região metropolitana, Sr. Presidente, está entre as mais violentas do País, porque três dos seus Municípios estão entre os quatro com maior percentual de habitações subnormais no Brasil: Marituba é a primeira cidade de habitação



subnormal do País (*palmas*); Ananindeua é a terceira cidade em habitações subnormais do País; e a Capital Belém é a quarta cidade em habitações subnormais do País. Portanto, o ambiente é propício para a proliferação de dinâmicas de genocídio.

Eu fui Relator da CPI das Milícias, Sr. Presidente. Eu quero passar às vossas mãos, Sr. Presidente — eu não vou entrar em detalhes —, uma cópia do relatório, que detalha todas as chacinas já feitas, e principalmente por policiais. As milícias são essencialmente militares. Parece que se chegou a certo momento, Deputado Luiz Couto, em que aquela máxima de *“bandido bom é bandido morto”* ganhou o eixo central da atuação de muitos policiais.

Eu perguntei para um delegado, Presidente, que investigou uma milícia se ele faria de novo. Ele disse que ia pensar duas vezes, porque ele investigou uma milícia e ele teve que sair durante 4 anos daqui, trocar a casa do pai dele por três vezes, e a filha tinha que sair de colégio a toda hora.

Sr. Presidente, quem esta falando aqui para V.Exa. é um Deputado que, embora o recesso parlamentar tenha começado agora, eu só vou ter tribuna em agosto. Eu vou aproveitar para denunciar aqui que, ontem, veio aqui, à Comissão de Direitos Humanos, uma senhora do Bairro do Guamá, para dizer que a minha morte está anunciada; que as milícias já organizaram a minha morte; já teriam recrutado, inclusive, dois jovens de idade de 16 para baixo para darem feição de assalto. Aí, eu me lembrei do que falou o delegado.

Neste Estado — só vou dar um dado, Sr. Presidente, para não cansar —, 83% dos presos são mantidos em regime fechado; desses, 46% são provisórios, o que indica uma alta rotatividade de presos no regime fechado, confirmado pelo fato de que 61% dos presos paraenses cumprem pena de 4 a 8 anos de reclusão, facilitando o recrutamento e o treinamento para a condução de missões, após serem postos em liberdade.

Isso transforma o batedor de carteiras em assaltante de banco, e o homicida, em apenas 8 meses... Esse homicida será, provavelmente, jovem, pois a juventude constitui 43% da população carcerária do Pará.

Recentemente, o Delegado da Delegacia de Combate ao Crime Organizado denunciou que o Primeiro Comando da Capital está instalado no Pará e comanda, a



partir do PEM III, Sr. Presidente — que é o chamado presídio de segurança máxima do nosso sistema —, todas as ações criminosas dentro de todo o sistema prisional, comunica-se com todas as delegacias e tem o seu exército nos bairros e nos Municípios atuando, recrutados dentro do presídio.

Por isso, Sr. Presidente, além de genocídios, homicídios, violência contra a juventude, principalmente a juventude negra, eu rogo a V.Exas. que não permitam que mais uma metralhadora seja acionada contra a juventude brasileira e paraense, que é essa sandice de aprovar a redução da maioria penal neste País. (*Palmas.*)

Os jovens, que já são recrutados na idade que são pelo crime organizado instalado nos presídios brasileiros, agora terão uma massa cada vez maior de jovens, cada vez mais jovens, para serem recrutados nessas fábricas de criminosos em que se transformaram os nossos presídios.

Sr. Presidente, à tarde vai haver a continuidade do nosso trabalho, várias oitavas em que nós poderemos detalhar várias dessas coisas.

Eu queria só, então, para terminar, deixar nossas recomendações como sugestões para o vosso relatório, para os vossos relatórios.

“1. Recomendar ao Relator do Projeto de lei do novo Código Penal a inclusão do tipo milícias no rol dos crimes previstos naquele projeto com a seguinte tipificação: ‘a Associação de 4 (quatro) ou mais pessoas, com o emprego de armas e associados a servidores das forças de segurança pública, ou delas oriundos, simulando poder de polícia num território, com fulcro em obter vantagens de qualquer natureza, inclusive eleitorais, direta ou indiretamente, valendo-se de concussão, constrangimento ilegal, extorsão mediante sequestro, homicídio, lesão corporal de qualquer natureza, ameaça ou dano, para cometer qualquer dos crimes da legislação penal pátria’.”

Essa tipificação foi tirada pela nossa CPI, porque nós só tínhamos a tipificação da CPI das Milícias do Rio de Janeiro.



“II. Recomendar a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República a alteração da Lei dos Crimes Hediondos — Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, com fulcro de incluir o crime de milícia no rol dos crimes hediondos.

III. Recomendar a mesa diretora do Congresso Nacional a alteração da Constituição Federal visando o compartilhamento de competências relativas a Segurança Pública com os demais entes da federação, em sistema de cofinanciamento de uma política nacional de segurança pública integrada.

IV. Recomendar a mesa diretora do Congresso Nacional a proposição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a atuação de milícias e organizações criminosas no território brasileiro.

V. Recomendar a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República a alteração do Código Penal Militar, com fulcro de incluir o tipo milícia no rol dos crimes militares;

VI. Recomendar que seja proposta a reforma do art. 427 do Código de Processo Penal de forma permitir o desaforamento do processo ainda na conformação do inquérito policial ou da denúncia do Ministério Público quando se tratar de crimes tipificados como Organização Criminosa ou milícia.”

Sr. Presidente, eu não acredito que a polícia, com toda a boa vontade, investigue milícia no seu próprio Estado. Não acredito, Sr. Presidente.

“VII. Recomendar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que emita resolução orientando a oitiva de



adolescentes em Juízo, para que não seja realizada na presença dos acusados pelos crimes.

VIII. Recomendar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que emita resolução orientando sobre a condução de inquéritos relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes.

IX. Recomendar ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que emita resolução orientando o enquadramento no crime de milícias com base no Referencial Teórico e Normativo da CPI das Milícias da ALEPA” — ou de outras CPIS —, “sem prejuízo do enquadramento em crime de organização criminosa;

X. Recomendar ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e ao Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE) que emita resolução orientando a lotação de defensores públicos em todos os estabelecimentos penais no âmbito dos estados e da união;

XI. Recomendar ao Governo do Estado do Pará:

a) Implementar, em parceria com a União e com o apoio das forças armadas, imediatamente uma política de ocupação de territórios dominados por organizações criminosas e milícias, com vistas a reestabelecer a Ordem Pública e assegurar a efetiva implantação de políticas públicas de cidadania e acesso a direitos.”

Neste Estado, Sr. Presidente — leia o relatório —, existem territórios em que o Estado já não manda; quem manda são as milícias, associadas ao tráfico de drogas e ao crime organizado.

Portanto, Sr. Presidente, entregarei o relatório, o documento, e espero, sinceramente... Esse relatório está sendo muito aguardado por todos nós que militamos na área de direitos humanos e que sonhamos que algum dia este País vai



cuidar da sua juventude, para que a sua juventude tenha futuro de fato e para que o jovem brasileiro que precisa efetivamente de amparo e carinho possa ter pleno desenvolvimento social, humano e cultural.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Sucesso no seu trabalho. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos ouvir agora o nosso Plenário. Há vários inscritos.

Agradeço aos membros desta Mesa e vamos desfazê-la agora. Peço à Relatora que fique presente.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Lelio Costa.

O SR. LELIO COSTA - Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Quero cumprimentar o Presidente Reginaldo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputados, nós não vamos limitar o tempo, mas nós vamos combinar o prazo de 3 a 5 minutos para o Plenário, porque nós ainda vamos ter de voltar para Brasília hoje.

Deputado, V.Exa. é o dono da Casa, por favor.

O SR. LELIO COSTA - Eu não vou me estender tanto, para que nós possamos ouvir ao máximo o Plenário.

Quero, na sua pessoa, estender os meus cumprimentos a todos os militantes dos direitos humanos, aos Deputados Estaduais e Federais aqui presentes.

Neste momento, quero dizer que, infelizmente, precisamos ser deparados com a violência no dia a dia no nosso País contra a nossa juventude, principalmente contra a nossa juventude negra.

“O nosso País” — entre aspas — foi descoberto há mais de 500 anos. A maior parte desse tempo o País viveu um sistema escravocrata, feudal, o que, infelizmente, tem vitimado ao longo de todo esse tempo principalmente os negros, os pardos. Essa é uma realidade da nossa sociedade. Nós precisamos atingir um novo marco civilizatório.

Não há como compreender uma sociedade avançada que não cuide bem das mulheres, das crianças e da sua juventude, principalmente a juventude negra, que foi historicamente excluída do processo de inclusão e de desenvolvimento do nosso País.



A leniência do nosso Estado tem acentuado a sensação de impunidade. A leniência do Estado contra a violência tem acentuado essa sensação de impunidade, e a consequência dessa sensação de impunidade é o aumento da violência contra os negros, contra a juventude negra, principalmente. Daí a pauta da Ordem do Dia no Congresso é a pauta da redução da maioria penal, uma pauta conservadora. Só o fato de debatermos isso já demonstra claramente que o Estado fracassou. Nós não deveríamos nem estar colocando em pauta esse debate.

O fato de ele estar na Ordem do Dia é uma tristeza, é uma afronta contra, inclusive, o Estado Democrático de Direito, porque as vítimas dessa pauta não têm acesso à Justiça. As vítimas dessa pauta não têm acesso a bons advogados, não têm acesso, inclusive, à defesa correta, concreta.

O Estado precisa assumir o protagonismo frente a essa necessidade. Ao debatermos o tema da violência sempre pela lógica da repressão, jamais encontraremos eco na sociedade que vai efetivamente combater a violência na sua essência.

Em todas as mesas de debate sobre violência, precisaremos ter sentados a Secretaria de Educação, a Secretaria de Esporte, a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Laser. Por quê? Porque nós só falamos da consequência e não da causa. A essência nasce na causa, a essência nasce numa sociedade racista, a essência nasce numa sociedade que segrega, que mata. E nós debatemos a violência sempre pela lógica da repressão.

Como membro da Comissão de Direitos Humanos, Presidente, e como militante da causa negra, não só por ser membro da UNEGRO, que é um movimento que atua fortemente nessa área, mas por viver dia a dia essa exclusão, eu não podia deixar de registrar que o Estado precisa, sobretudo, ter uma visão correta, não distorcida dessa realidade.

Debater a questão da violência na ótica das secretarias de segurança pública, com certeza, não vai amenizar esse problema. Deveríamos aqui investir mais tempo na discussão de políticas inclusivas, deveríamos demandar mais tempo discutindo com as nossas entidades quais são as experiências que têm sido na base promissoras, para que mais jovens, sobretudo os negros, possam ser incluídos efetivamente no Estado.



Hoje ainda estamos lutando para garantir minimamente a cidadania, longe de garantir a inclusão, longe, principalmente, a inclusão à terra. Não distante, os territórios quilombolas praticamente todos do Estado do Pará são territórios que lutam pelo seu reconhecimento, pela sua essência. Os territórios quilombolas sequer são regularizados. Estão sendo oprimidos pelo capital, pelo mercado, pelo latifúndio. É uma agressão. É uma violência contra o povo negro não se poder garantir minimamente o território.

A CPI das Milícias, do Estado do Pará, comprovou fartamente que aqui, no Estado do Pará, temos um Estado paralelo, que atua nas periferias, sobretudo, dizendo quanto custa a vida, qual é o preço pela “liberdade” — entre aspas. Não há liberdade, todo mundo é aprisionado. E nós precisamos gerar uma consequência da CPI das Milícias.

Nós precisamos efetivamente virar essa página aqui, sobretudo no Estado do Pará. Eu tenho certeza de que nós vamos seguir em frente firmes. E a CPI, que está trazendo esse mapa, vai, com certeza, gerar um relatório que vai produzir avanços, avanços contra o genocídio ético, racial e social que está instalado, infelizmente, no nosso País e, sobretudo, aqui, no Estado do Pará.

Que nós possamos dizer em alto e bom som: “*Não à violência!*” Porque, como já diria Gandhi: A pobreza é a mais elevada expressão da violência, sobretudo, contra os jovens negros.

Muito obrigado e boa sorte, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Lelio Costa.

Quero dizer que a segunda etapa da continuidade da CPI é o Plano de Enfrentamento. Nele vai ter um conjunto de políticas preventivas, afirmativas. A ideia é que possamos percorrer o Brasil, inclusive, voltar aqui, na Assembleia do Pará, para ouvir opiniões em relação a políticas públicas focadas na juventude mais vulnerável, a partir dos 142 Municípios que nós temos no Brasil, que concentram 90% da violência.

Espero que a gente consiga produzir um pré-projeto. Mas, é evidente que quem vai definir depois as metas é a sociedade. A sociedade vai participar da melhoria e da aprovação desse plano. E a gente acha que a Assembleia Legislativa



do Pará deveria criar também, como forma de pactuar com todos os poderes a redução dos homicídios aqui, no Estado.

Passo a palavra para a próxima oradora, Zélia Amador de Deus, do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará. (*Palmas.*)

A SRA. ZÉLIA AMADOR DE DEUS - Bom dia a todas e a todos.

Eu queria, para começar, saudar os representantes da CPI pelo fato de fazerem com que esta Casa esteja discutindo uma questão crucial para a sociedade brasileira e para a sociedade paraense. Essa questão crucial, a gente já falou aqui desde o início, é o genocídio da juventude e, em particular, da juventude negra.

Eu sei da dificuldade que a nossa sociedade tem de encarar a existência do racismo, eu sei da dificuldade que a sociedade tem de enfrentar que este é um País que segrega, que este é um País cujas desigualdades sociais são fundamentalmente marcadas pelo racismo. A sociedade tem se calado sobre isso, mas é importante que não se cale esta Casa, a quem cabe fazer as políticas públicas, as políticas de ação afirmativa, as políticas com recorte racial, que vão evitar que, lá na ponta, a juventude negra caia, que, lá na ponta, a juventude negra morra.

Então, políticas, na verdade, de ação afirmativa, com enfoque racial, neste Estado, serão políticas de preservação da vida, de preservação do futuro deste País. Na verdade, o que se está matando no momento é o futuro do País. Quando se mata a juventude, mata-se o futuro. Quando se mata a juventude negra, demonstra-se que este é um Estado que está praticando limpeza étnica. E, em absoluto, nós não podemos concordar com que este Estado implante limpeza étnica. Eu sei que a limpeza étnica já passou pela preocupação do Estado muitas vezes. É por isso que, neste Estado, o primeiro projeto de Nação é o projeto de branqueamento. O próprio projeto da República, que é o projeto da miscigenação e da democracia racial com base na miscigenação, é um projeto que apaga os negros e os índios.

Então, na verdade, a gente tem que enfrentar isso. Para isso, a sociedade tem que ser chamada, porque a sociedade brasileira tem anuído ao racismo, tem se calado. A resposta da sociedade brasileira tem sido o silêncio, de alguma forma, a conivência. Portanto, esta Casa tem que chamar a sociedade brasileira, para que ela saia da letargia e encare isso. E é claro que eu sei que muita gente diz que quem



morre é pobre. Quem morre é pobre, mas os pobres são negros neste País. São negros porque são pobres ou são pobres porque são negros, para parafrasear o Boaventura de Sousa Santos.

Então, na verdade, o que faz com que a população negra e a juventude negra sejam pobres — por isso, quem morre mais é pobre e é preto —, o que tem feito com que essa população seja pobre é o racismo. Nós todos sabemos disso. Nós temos que encarar e combater o racismo. E se combate o racismo com políticas de ação afirmativa, para a eliminação da discriminação racial. É isso que a gente tem que fazer. É essa a função desta Casa. Esta Casa, portanto, tem que ter em conta que todas as propostas de políticas públicas têm que ter o recorte racial. Só assim se evita a morte da juventude negra. Esta Casa, portanto, tem que encarar que a redução da maioria penal não é a saída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - D. Zélia, para concluir.

A SRA. ZÉLIA AMADOR DE DEUS - Estou encerrando. A redução da maioria penal é continuar com o círculo vicioso que coloca preto na cadeia e que o mata.

Muito obrigada. A gente gostaria de ter sido mais ouvida, mas, de qualquer jeito, é muito bom que esta CPI, que esta audiência, esteja acontecendo aqui.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, D. Zélia Amador de Deus.

Quero convidar o próximo orador, Severino Lepê Correia, do Movimento Okitalandê, do Recife.

O SR. SEVERINO LEPÊ CORREIA - Motumbá Axé! Motumbá para quem é de Motumbá, a benção para quem é de benção! Primeiro aos mais velhos e aqueles que zelam pela tradição e pela continuidade deste povo neste País.

Estou agradecido à Profa. Zélia por ter me convidado para vir aqui. Quero saudar os representantes e dirigentes desta CPI e todos desta Casa por estarem nessa luta contra o extermínio da juventude negra, principalmente porque, ao exterminarmos os negros deste País, exterminamos os jovens, que são os futuros advogados, os futuros médicos, os futuros Deputados, os futuros Senadores. Estão legitimando isso, então, desde a República, quando Joaquim Nabuco dizia: “*Daqui a*



mais 50 anos o Brasil será um País inteligente, porque os negros já terão sido diluídos na sociedade brasileira.” Então, imaginem, Joaquim Nabuco, tão falado neste Brasil inteiro como um defensor da abolição, como um defensor das causas de libertação, chega a dizer esse tipo de besteira — eu digo besteira.

Quero parabenizar de novo esta Casa por estar levantando esse debate e dizer que convoque o Ministério Público também para essas coisas, a exemplo de Pernambuco. A Promotora Bernadete Azevedo criou, dentro do Ministério Público de Pernambuco, o GT Racismo, para, juntamente com as polícias, a população... Inclusive, faz 1 mês que teve uma audiência lá, em Pernambuco, com todas as pessoas vítimas de assédios, com famílias vítimas de extermínio de seus familiares, e assim por diante.

Então, quero dizer a vocês que eu sou pernambucano do Recife, fundei o Okitalandê, que é um projeto de educação para a juventude. E quero dizer também, como disse o Rossi, aqui deveria estar a Secretaria de Educação, aqui deveria estar a Secretaria de Cultura também. Por quê? Porque sem a implementação da lei, por exemplo, a gente não vai ter uma educação decente, uma educação que tenha um recorte racial. Os professores e as professoras que não entendem nada disso vão continuar legitimando isso, e a escola vai continuar sendo a câmara de eco de um Estado que diz que as pessoas não têm educação porque não querem.

A educação brasileira precisa ser pautada em cima da Lei nº 11.645, de 2008, e da Lei nº 10.639, de 2003, para que as crianças sejam educadas, para que os homens não precisem ser punidos. Por exemplo, quando a Polícia Militar hoje faz o trabalho que faz, da maneira como faz, é porque a maioria dos seus não foram educados para respeitar as vidas humanas. Então, a educação tem que ser pautada em cima disso.

As Leis 10.639/03 e 11.645/08, essas implementações da lei podem funcionar como um trabalho preventivo se, por acaso, as pessoas tiverem a coragem de fazer as denúncias e se os professores e professoras se prepararem, como o Okitalandê preparou 120 pessoas para entrar na universidade.

Inclusive, no Okitalandê, tinha uma máxima: quem passa no vestibular volta para resgatar os companheiros. Por que volta para resgatar os companheiros? Para saber que nós temos o compromisso com o outro a partir de um compromisso



peçoal, porque repudiamos toda e qualquer forma de discriminação, e a educação brasileira é uma educação discriminatória, não há como fugir disso.

Por isso, eu posso dizer que é preciso, antes de qualquer coisa, começar pelas bases, como disse o Deputado, é preciso uma nova forma, um novo modelo reflexivo e filosófico de segurança, um novo modelo em que se vá buscar, muito mais atrás, a causa da insegurança do povo brasileiro, um modelo de segurança que seja pautado em cima da defesa do ser humano, da defesa da vida, da defesa da cidadania.

Como disse o Rossi, mais uma vez, é preciso observarmos as causas, ir lá atrás e buscar as causas de toda violência, de todo extermínio. Dentro da linguagem que falamos, está aí a metáfora do poder, como, por exemplo, quando se diz: “*Estamos capitaneando*”. Está a metáfora do poder quando se diz: “*Os nossos negros*”. Eu não sou negro de ninguém. (*Palmas.*) Então, é preciso observar isso.

Por isso, mais uma vez eu digo: é preciso fazer um novo modelo, uma nova maneira de executar política neste País, congregando todas as pessoas e englobando todos os seus habitantes. Além do louvor, é uma pena que, no segundo país mais negro do mundo, ainda tenhamos que fazer sessões deste tipo para combater a morte, a extinção do povo que compõe a maioria que nele vive.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra Braz Mello, representando a Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. BRAZ MELLO - Boa tarde.

Queria saudar o Presidente da CPI e os demais membros. Eu vou cometer a indelicadeza de saltar as questões protocolares para a gente ganhar um pouco mais de tempo na discussão, que acho ser o prioritário.

As falas que me antecederam, especialmente da Mesa passada e de alguns componentes da própria Comissão Parlamentar e dos demais membros, deram conta de um problema muito ligado às instituições sociais: o problema moral, o problema na família, a desestruturação da família. Mas acho que a gente precisa fazer um debate um pouco mais aprofundado e não correr o risco de escamotear o que é o papel, inclusive, fundamental desta Comissão Parlamentar, na minha avaliação.



Não há como se falar da falência das instituições sociais sem ser bastante incisivo sobre o papel do Estado. O art. 227 da Constituição Federal, que inclusive fundamenta o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, diz que é tarefa compartimentada, é tarefa da sociedade em geral, é tarefa do Estado, da família, manter ou resguardar a criança e o adolescente de todos os males, garantindo-lhes os direitos essenciais. Então, o fundamento que traz a Constituição já dá conta de qual é o papel das instituições. E, quando eu nego o papel do Estado e o que, historicamente, ele deixou de assegurar para a juventude, especialmente a juventude negra no País, eu nego a história, eu prejudico o presente e coloco em risco o futuro.

Então, eu acho que o papel fundamental desta Comissão, na minha avaliação, é que, de uma vez por todas, este debate tem que ser feito no País. Devemos desnudar de uma vez por todas o fato de que a juventude negra neste País está sendo massacrada. E o Estado do Pará é um exemplo crasso disso. O Estado do Pará é um exemplo claro, emblemático, infelizmente.

Eu acho que o Deputado Bordalo aqui, de uma maneira muito feliz, apresentou alguns dados que colocam isso. Não é à toa que a mídia nacional, vira e mexe, acaba sustentando, acaba propagandeando a pecha dos números negativos que o Estado do Pará carrega consigo, em relação exatamente à falta de políticas públicas para a juventude negra, à falta de políticas públicas para a juventude de maneira geral.

E a minha preocupação é que as pautas conservadoras que têm sido colocadas, especialmente no Congresso Nacional, estão nos trazendo — e é importante que os movimentos sociais se apropriem bastante disso — um retrocesso doutrinário. O Dr. Marco Apolo pode corroborar com essa ideia. Nós estamos voltando à doutrina sustentada no Código de Menores de 79, à doutrina da situação irregular. Nós estamos abandonando a doutrina da proteção integral, que é a grande vantagem que o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe. Infelizmente, a pauta conservadora do Estado, hoje, do País, tem colocado o ECA como vilão. Mas sabem qual é o problema? É porque esses que costumam criticar o Estatuto da Criança e do Adolescente sequer o conhecem, nunca leram o Estatuto na maioria das vezes, não sabem o avanço legislativo que isso significa. Isso é muito grave. Toda proteção



integral que o Estatuto garante, se nós abandonarmos isso, lançarmos mão disso, abandonarmos esse instrumento fundamental para o Brasil, pode significar a falência ainda maior das instituições sociais.

Presidente, além de ser membro da OAB, eu sou membro do Conselho Penitenciário do Pará e conheço bem a realidade carcerária no nosso Estado, que não é diferente da do País. Na verdade, um pouco mais agravada. Eu sou membro do Grupo de Monitoramento Nacional também. A gente já fez algumas visitas carcerárias pelo País, e posso lhe dizer que, a pior penitenciária do centro-sul não chega aos pés do que a gente possa considerar como a melhor aqui, do Estado do Pará.

Muita gente nem imagina, mas os jovens aqui no Pará, muitos deles, estão enclausurados em contêineres, no nosso clima úmido e quente. Isso precisa ser dito. Quando eu digo que quero reduzir a maioria penal, esse debate tem que estar na Ordem do Dia, porque, quem vai para a cadeia no Brasil, na sua ampla maioria, é o jovem negro. Portanto, o debate é da Ordem do Dia também.

Infelizmente, essa concepção que tem sido posta tem nos colocado um risco muito grande. Infelizmente, a juventude negra do nosso Estado, que não é diferente da do País, que tem o direito histórico negado — o Estado nega os direitos históricos, a educação, a saúde, a boa moradia —, só conhece o braço do Estado quando vai conhecer o braço amaro da polícia, ou só conhece a política pública quando está no sistema carcerário. Isso é muito grave. E, infelizmente, essa pauta conservadora está na Ordem do Dia. E nós precisamos romper com o senso comum. É necessária a ruptura com o senso comum para fazer um debate sério sobre isso.

Alguns dados foram colocados aqui, algumas falas se manifestaram no sentido de que jovens cometem muitos crimes. Isso é, com muita honestidade a todos os movimentos que estão aqui presentes, aos Deputados, aos Deputados Estaduais e aos membros da Câmara Federal, negar a ciência, isso é negar os dados.

Os jovens morrem muito mais do que matam. A nossa juventude está sendo exterminada. Isso precisa ser debatido de maneira muito responsável. A redução da maioria penal pode significar um dos maiores retrocessos da história deste País.



Está na Ordem do Dia todos os movimentos se levantarem e os Parlamentares que defendem a não redução. A sociedade civil brasileira precisa defender a sua juventude e defender a sua história de uma vez por todas.

Quero, inclusive, conclamar para outra estratégia, e a OAB tem tratado isso de maneira nacional como um fundamento importante. Se nós perdemos a batalha no Congresso Nacional em relação à redução da maioria penal, vamos ter que trazer outra frente de batalha junto ao Supremo Tribunal Federal. Porque, na nossa avaliação, isso está muito claro para nós, trata-se de uma cláusula pétrea e não pode ser modificada, não pode ser modificada.

Então, nós temos uma série de instrumentos importantes a travar. Uma batalha longa, árdua, difícil. A pauta tem sido muito conservadora. Mas, a juventude negra do País, os jovens, os movimentos sociais precisam se organizar para combater esse retrocesso histórico que pode significar a falência das instituições sociais de maneira geral.

Portanto, o mesmo Estado que negou historicamente à juventude negra, à juventude do País os direitos mais essenciais que estão garantidos na Constituição Cidadã não pode agora dar a ela tão somente o encarceramento.

Para concluir, e aqui de maneira bastante tranquila, quando a gente fala da condição peculiar da criança, do adolescente, do jovem, a gente não está tratando, e isso é importante, da ruptura da consciência comum. É um pouco raso se dizer: *“Hoje, o jovem de 17 anos não é mais o mesmo de 20 anos atrás, de 25 anos atrás. E não dá para dizer que ele não sabe bem o que faz”*. Não é esse o debate, não é se o jovem, ao cometer algum tipo de crime ou ato infracional hoje, sabe bem ou não, se ele tem ou não discernimento; é o que o Estado pretende fazer para solucionar a questão. E nós já sabemos — a realidade está posta —, que o sistema carcerário não é solução para nenhum problema.

Acho que é basicamente isso. Agradeço a atenção de todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Brás Mello.

Com a palavra o Ratinho da Amazônia, do Movimento Popular de Marituba.

Quero registrar a presença também do Presidente Estadual do Partido Republicano Brasileiro, Dr. Fábio. Muito obrigado pela presença.

Com a palavra V.Sa.



O SR. RATINHO DA AMAZÔNIA - Bom dia, senhores.

Dr. Marco Apolo, da SDDH, Coronel Emílio Ferreira, representante da Polícia Militar do Pará, Deputada Mariana Carvalho, Deputado Delegado Éder Mauro, Deputado Reginaldo Lopes, Relator desta CPI, Deputada Rosangela Gomes, Relatora, Deputado Bordalo, Deputado Coronel Neil, Deputado Soldado Tercio, e Deputado Luiz Couto, o qual tive a honra de fazer amizade há uns 7, 8 anos, ainda em Brasília, senhores representantes dos direitos humanos em defesa dos negros neste Brasil, eu fiquei ainda agora preocupado com o discurso de um Parlamentar do Partido dos Trabalhadores porque, lá atrás, ainda no antigo prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, eu assisti a um Deputado, eu estava na galeria, dizer: *“Estou anunciando a minha morte”*. Este Deputado foi o Deputado Paulo Fonteles. E peço uma salva de palmas a esse companheiro, que lutou pela reforma agrária (*palmas*), que lutou por este País, que lutou pelos direitos humanos, e, em seguida, foi executado. Depois, outro Deputado de luta também, companheiro João Batista, anunciou a morte dele na tribuna, e o executaram.

Hoje eu tinha uma pauta para falar, mas mudei o discurso. Eu me preocupo porque já vi esse filme há muito tempo atrás. O Deputado Bordalo, Presidente da CPI, Delegado, Deputados presentes à Mesa, está sendo ameaçado de morte. Infelizmente, o Estado do Pará é este.

Agora, Presidente, aqui no Pará, por incrível que pareça, quando se ameaça, se executa. Então, eu, graças a Deus, tive que ir para Brasília. Quando cheguei a Brasília, conheci o Deputado Luiz Couto, em 2009. Ele era Relator da Comissão do Extermínio, não é isso Deputado? Naquele momento, naquela Comissão, com muitos jornalistas, eu estava lá como representante do Pará, fugido daqui, ameaçado de morte por ter denunciado um Prefeito ladrão e bandido. Quando eu cheguei lá, sabem quem eu vi? O Marcola, sendo algemado e fazendo galhofa da CPI. V.Exa. se lembra disso, não é, Deputado? Saiu na *Veja*, na *ISTOÉ*? E é assim que está o Estado Brasileiro. Nós estamos infelizmente na insegurança pública, sendo debochados pelos bandidos.

E eu quero dizer: que a minha proposta possa ir para esta Comissão, Deputado, que não seja apenas para uma Comissão Especial, mas que a Comissão Permanente de Segurança Pública possa também nos representar, através da



Câmara Federal, nas Assembleias Legislativas dos Estados, e que esta proposta seja também inserida, porque eu sou de um Município perigoso, como disse o Deputado Bordalo. O Deputado Bordalo sabe da situação em Marituba. Nós temos lá uma situação gravíssima, senhores, que é a questão da segurança pública.

Marituba hoje é, salvo engano, Deputado Delegado Éder Mauro, o terceiro Município mais violento do Pará, uma verdadeira vergonha nacional. O nosso Município tem apenas 108.223 habitantes, segundo o último Censo do IBGE, devido ao empurrão demográfico das grandes construções, já que é parte da Região Metropolitana de Belém. Como Belém não pode crescer para o Rio Guamá, tem que ir para Marituba. Então, houve lá uma explosão demográfica. Só o Bairro Che Guevara, do qual sou fundador, tem aproximadamente 30 mil habitantes. Isso requer segurança pública, mas, lá, nós estamos completamente abandonados.

Eu quero convidar todos desta Comissão a estarem presentes na Câmara de Marituba, no dia 5 de agosto. É uma proposta nossa que se tenha uma audiência pública baseada exatamente na realidade do descaso com a segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Para concluir.

O SR. RATINHO DA AMAZÔNIA - Deputado, só para encerrar, peço que esta Comissão também visite o Município de Marituba, no dia 5 de agosto, para que possa levar para Brasília talvez a pauta que o Município mais precisa. Todo mundo sabe que, infelizmente, se matam pessoas todos os dias naquela região. Há crime que não sai no jornal, eu sei porque eu moro lá. É preciso urgentemente socorrer Marituba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

O próximo a falar é o Dr. Marco Apolo, da Secretaria de Direitos Humanos.

O SR. MARCO APOLO SANTANA LEÃO - Deputado Reginaldo, em seu nome e em nome da Relatora, Deputada Rosângela, quero cumprimentar toda a CPI e todos e todas presentes. Faço uma saudação especial à Zélia e ao Arthur, que representam segmentos importantes na luta contra o racismo aqui, no Estado do Pará.

Na verdade, eu faço parte da Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos, não é Secretaria. Nós fizemos, em 2003, uma publicação da minha



entidade que revelou que, diferente do Rio de Janeiro, em que oito jovens negros morriam em cada dez — não sei se ainda é esse o dado —, na história do Pará são nove. De cada dez pessoas mortas aqui no Pará, nove são negras. Essa pesquisa foi feita a partir de duas fontes: uma foi a mídia, porque, ao contrário da segurança pública naquela época, a mídia identificava, muitas vezes, quem eram os que estavam sendo mortos. Então, nós pesquisamos em jornais.

Essa pesquisa revelou que a violência não é praticada somente por civis. A maior parte dos assassinatos no Pará é praticada por civis, mas 15% dos assassinatos são praticados por forças de segurança pública. Daí a nossa preocupação — da sociedade civil em geral — em garantir uma mudança nessa trajetória. Não podemos mais admitir que o Estado tenha um grau de letalidade tão grande que supere, inclusive, o de qualquer outro país da América Latina, quiçá da África, do mundo. Esse grau de letalidade tem que ser combatido, esse extermínio tem que ser combatido.

Fazer pesquisa, fazer estudo é importante, porque essa pesquisa revelou ainda que muitos policiais militares e civis eram assassinados também, e não durante o serviço, mas tirando bico. Isso revela uma situação de violação aos direitos humanos e econômicos de muitos policiais.

Estou falando isso, porque temos que encarar essa situação problemática não com esses arroubos midiáticos. E aí é importante também trazer para o debate o papel que a mídia tem jogado, o papel nefasto que a mídia tem jogado na vitimização da população negra. Boa parte da opinião pública defende os ditos justicamentos, assassinatos, e, inclusive, recompensa pessoas que fazem isso. Então, a mídia também tem que ser combatida — é o que eu sugiro. Não sei como vocês vão lidar com esse problema de incentivo e de naturalização pela mídia, e, às vezes, até mesmo do incentivo da violência contra a população negra feita pela mídia. Aqui no Pará nós sabemos como isso acontece, porque nós vemos muitos programas incentivando isso.

Eu creio que estamos diante de uma situação, Zélia, e demais companheiros do Movimento Negro, em que temos que enfrentar isso do ponto de vista cultural. Eu estou cansado — e acho que temos que estar cansados — de tentar explicar para as autoridades que existe racismo no Brasil. Para mim, sinceramente, esse é um



segmento com o qual temos que parar de perder nosso tempo para tentar influenciar. Acho que a população, a juventude nas escolas, os professores, as professoras são o nosso alvo, as pessoas que estão nas nossas comunidades. Convencer uma autoridade no Brasil é um absurdo. Se olharmos como são feitas muitas abordagens policiais, saberemos que seu alvo preferido é a juventude negra. Então, sabe-se exatamente do que estamos falando.

Particpei de um debate onde estava sendo discutido como as pessoas iam se identificar para saber quem era negro ou não, para a questão da cota. Eu falei, em tom de brincadeira e ironia: *“Vamos perguntar para a polícia, porque a polícia sabe, muitas vezes, de tanto que aborda quem é negro.”* Não é isso?

De qualquer forma, creio que esta CPI é uma iniciativa interessante. E gostaria, Deputado, de também deixar algumas sugestões para serem incluídas no relatório de V.Exas.

Primeiro, eu acho que a CPI tem que cobrar do Conselho Nacional de Justiça, do Poder Judiciário, o combate à impunidade. O que nós temos visto é que casos envolvendo a morte de jovens negros, da população negra, não são satisfatoriamente apurados e julgados. Para que ocorra a apuração de um caso, temos que fazer um esforço muito grande, muitas vezes colocando em risco entidades, colocando em risco familiares e testemunhas.

Então, Sra. Relatora, eu também gostaria de dar a V.Exa. algumas sugestões. Esse combate à impunidade é fundamental que seja feito. Se não houver combate à impunidade, se esses casos não forem apurados... Eu defendo que seja apurado qualquer caso de homicídio, seja de jovem branco, mas que também seja apurado homicídio da juventude negra, que seja combatido esse tipo de crime, que seja levado a julgamento. O número de júris realizados é muito baixo. Eu estou falando isso porque fui advogado do Grupo Pela Vida e fiz 33 julgamentos aqui no Estado do Pará com as mães em situação de risco grave — eu, Dra. Ana, várias pessoas aqui.

Segundo, eu acho que está na hora de federalizar os casos de chacina. Eu acho que tem que ser criado um instrumento legislativo para que, se houver chacina, esse caso seja federalizado. (*Palmas.*) Cito aqui um caso terrível, a Chacina de Icoaraci, onde somente um dos responsáveis foi a julgamento.



Eu acho que a Polícia Civil tem suas limitações. Ela faz um trabalho muito bom, às vezes, mas tem alguns limites. Nós sabemos que a Polícia Federal tem certa independência na sua investigação, o que muitas vezes pode ajudar muito nesses casos. Então, a federalização seria interessante. Se, em qualquer lugar do Brasil, houver mais de duas ou três pessoas assassinadas, federaliza-se e se deixa a Polícia Federal investigar. É difícil, porque muitas vezes nesses casos nós sabemos que há agentes públicos, como ex-policiais, envolvidos. Isso causa um medo muito grande na população.

Terceiro, em relação à questão policial, nós temos buscado diálogo com vários setores da polícia. O Deputado Soldado Tercio sabe disso. Temos buscado. Acho que é interessante dialogar com os policiais, que são servidores públicos também. É claro que nem toda polícia é da mesma forma, mas em alguns setores na polícia creio que é possível dialogar.

Coronel, eu gostaria de dizer que a formação em direitos humanos não deve ser dada somente por policiais, com aquela tarefa de ter que tirar 10 numa prova, mas é fundamental e interessante haver uma política mesmo de formação. Quero dizer que, numa formação em direitos humanos sobre discriminação racial dada pela Profa. Zélia — acho que o Domingos também está aí —, eu aprendi essa questão das cotas e passei a defendê-la, a partir daquela palestra da Profa. Zélia. Estamos comprometidos com isso, e tem que ser uma coisa obrigatória.

Lutar contra a redução da maioria penal também é fundamental. Não sei se a Comissão já se manifestou sobre isso, mas seria interessantíssimo que esta Comissão, antes de seu trabalho, se manifestasse claramente. Ao contrário do que defende a bancada da bala, que se defende que não deve haver redução. Se houver, nós vamos ao STF. É uma coisa definida pelas entidades que trabalham essa questão.

Ainda sobre a questão policial, é urgente que esta Comissão recomende a desmilitarização da polícia, com melhores condições de trabalho para a polícia, e mais fortalecimento das corregedorias. Senão, ficaremos desprotegidos.

Por fim, Deputado, há duas questões. A primeira é que recentemente foi aprovada uma qualificadora. Quando o policial é assassinado, o responsável deve ser condenado por homicídio qualificado. Eu concordo com isso. Acho que não só o



policial, mas o Juiz e o Promotor, quem trabalha nessa linha de frente, se forem assassinados, assim deve ser. Também sugiro que, no caso do racismo, haja essa qualificadora. Se o crime foi cometido em função de racismo, homofobia, xenofobia, deve haver uma qualificadora, e essa pena deve ser mais grave. Isso já está em vários tipos de crimes, como, por exemplo, o crime de tortura. Acho que a Comissão pode recomendar isso.

Eu queria também fazer referência à situação de defensores e defensoras humanas ameaçadas, em especial quilombolas. Nós temos, no Estado do Pará, várias lideranças quilombolas ameaçadas. Creio que é também urgente a Comissão cobrar do Governo Federal a implantação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, com qualidade e com recursos, de forma séria, para proteger também essas lideranças. Em comunidades quilombolas, nós temos vários casos de assassinatos. Indígenas também são vitimados, são vítimas de preconceito, de violência, entre outras coisas.

Essas são algumas sugestões. Espero que elas sejam acatadas, que sejam ponderadas.

Minha saudação a todos. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O próximo orador é Fernando Gama, estudante de Direito.

O SR. FERNANDO GAMA - Boa tarde, Srs. Deputados, Presidente Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais, Deputado Delegado Éder Mauro, do PSD do Pará, Deputada Rosangela Gomes, quero estender meus cumprimentos a todo o público.

Eu me chamo Fernando Gama, sou estudante do quinto semestre de Direito da Universidade Federal do Pará.

Penso que é muito importante a juventude se manifestar num momento tão importante como este. Infelizmente, vejo que quase não há jovens neste plenário, aquele público de 15 a 29 anos. Penso que é fundamental estarmos num processo como este, em que se discute, em uma CPI da Câmara dos Deputados, a respeito do extermínio de nossos jovens negros e pobres, especialmente da periferia.

Eu sou morador do Bairro da Pedreira, na periferia de Belém, uma cidade com 1 milhão e 500 mil habitantes e que está se transformando, assim como as grandes capitais do País, num verdadeiro favelação. Pode-se destacar que, em três



bairros de Belém, Deputados — Terra Firme, Jurunas e Guamá —, concentram-se 800 mil pessoas. Cinquenta por cento da população de Belém está em três bairros da cidade, sendo que cerca de 80% dessas pessoas são pobres, moram em condições subumanas e ficam à margem de tudo o que está acontecendo na nossa sociedade.

Bom, uma das propostas que eu gostaria de abordar seria um acordo de cooperação técnica entre a Universidade Federal do Pará, a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

Eu gostaria de destacar também que há necessidade de ampliarmos o acesso à informação, há necessidade de ampliarmos a democratização da informação, para o jovem negro e pobre da periferia. Infelizmente, eu sou morador do Bairro da Pedreira, em que não há esse acesso à informação como forma de emancipação de nossa juventude, em termos de oportunidade do primeiro emprego, de emprego, de acesso à conclusão do ensino médio e à universidade.

Quero citar também o projeto de lei do Deputado Dirceu Ten Caten, da Frente Parlamentar da Juventude, que regulamenta o estágio na administração pública estadual. O objetivo é a inclusão do jovem do ensino superior e do ensino médio de escola pública na administração pública estadual, nesta Casa Legislativa, em que infelizmente nós somos barrados pela falta de acesso à informação.

Então, no caso, esse projeto de lei é fundamental. Que possa tramitar aqui, nesta Casa, não só a questão da Frente Parlamentar, vir ao Plenário desta Casa, para que o jovem possa ter acesso a um estágio de qualidade. Nesse sentido, é preciso que tenhamos um edital, para que todas as pessoas saibam que o Estado precisa promover a ocupação desse estágio por jovens das universidades públicas, das universidades privadas, das escolas públicas, da periferia.

Infelizmente, notamos como uma praxe de todas as administrações públicas estaduais a não observância do princípio da impessoalidade. Eu falo isso como ex-estagiário de um órgão público estadual. Infelizmente, a gente observa os órgãos públicos como um canteiro da nossa casa. Por exemplo, eu sou servidor público e chamo outra pessoa, um amigo, um parente, no caso de haver uma oportunidade de estágio ou de cargo comissionado. É aí que, infelizmente, Deputados e todos aqui presentes, acabamos sendo barrados, pela questão do apadrinhamento político.



Muitos jovens, que são ótimas pessoas — poderiam ser ótimos servidores públicos —, acabam tendo essa dificuldade.

Quero concluir dizendo que é preciso haver, sobretudo, igualdade de oportunidades. Que possamos garantir ao nosso jovem negro e pobre da periferia o acesso aos cargos públicos, o acesso ao primeiro emprego e o acesso às universidades.

Muito obrigado. Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Fernando Gama.

O próximo orador é Heitor Moraes, do movimento Juntos!

Depois, ouviremos o Ronald Luiz e mais os Deputados da CPI.

O SR. HEITOR MORAES - Bom dia a todas e todos. Eu sou Heitor, do movimento Juntos!, um movimento de juventude.

Eu queria falar, primeiramente, que acho muito importante discutir isso, aqui. Esta CPI, que é da Câmara Federal, está sendo discutida aqui no Pará. Apesar de nós estarmos debatendo sobre uma CPI que trata da violência contra jovens negros e pobres, não vimos falar aqui nenhum jovem negro e pobre. Então, eu venho aqui representar esse jovem e venho falar por mim mesmo, porque esta CPI fala sobre o que eu sou e sobre o que eu vivo.

Vivemos no Brasil, que aboliu a escravidão há pouco mais de 127 anos, depois de mais de 400 anos torturando, matando e usando o nosso povo como fonte de geração de riqueza. E, depois que o País “aboliu” — entre aspas — a escravidão, não foi direcionado ao povo negro nenhuma política de inclusão social, o que fez com que o que antes era senzala hoje se tornasse a periferia de cada centro urbano.

Cada centro urbano, hoje em dia, tem sua periferia, em que jovem preto e pobre é morto pela política pública do Estado, porque hoje, na nossa cidade, o bandido visível, aquele ladrão, aquele de que todo mundo fala — “*bandido bom é bandido morto*” — é o bandido que é invisível para as políticas públicas do Estado. Os bandidos invisíveis não estão na periferia. Muito pelo contrário, estão inclusive nas Casas parlamentares do cenário nacional. (*Palmas.*) E nós não queremos isso.

Acreditamos que o racismo institucional é aquele que expropria o negro das políticas públicas do Estado, que expropria o negro desde quando nasce, porque ele



não tem acesso à educação básica, não tem acesso ao Sistema Único de Saúde, não tem acesso à Universidade. É por isso que hoje em dia a parcela de negros nas universidades no Brasil inteiro, nas que não têm cotas, é baixíssima.

Como nós queremos discutir a morte da população negra se não discutimos o estado em que elas vivem em nosso País atualmente? Aí entra o papel do Estado. O Estado nunca teve o papel de priorizar a população negra. Muito pelo contrário, o Estado sempre foi uma ferramenta de extermínio da população negra, uma ferramenta da burguesia brasileira, das elites brancas deste País para controlar o povo negro.

Eu acho que temos que partir de uma premissa neste debate de hoje. A CPI fala sobre violência contra jovens pretos e pobres. Então, afirma-se logo de início que há preto e pobre morrendo. Isso é óbvio. Mas temos que ser radicais, do ponto de vista de ir à raiz do problema. Eu acho que é esse o papel da CPI. Quem está matando jovem preto e pobre? É isso que temos que pensar. Quem é que está matando jovem preto e pobre? É a própria população preta e pobre que está se matando sozinha, por um conflito social? Não. Sabe-se hoje em dia que a polícia mata jovem preto e pobre, e a polícia numa lógica militarizada. Se a polícia mata, é responsabilidade do Estado; e, se o Estado não se responsabiliza, configura-se puramente um genocídio de um grupo social de caráter étnico.

Nesse sentido, há que se perguntar como resolver esse problema. Resolve-se o problema só com a desmilitarização da polícia? Não. Resolve-se esse problema, também, sendo veementemente contra os cortes do Governo Federal na educação pública, porque, cortando-se verba da educação pública, corta-se verba de um grupo social, o grupo social que está marginalizado nas políticas públicas, o grupo social que vive hoje em dia nas escolas periféricas, que não têm nem carteira, que não têm professor. Vivemos num Estado — acabamos de sair de uma greve da educação pública — em condições alarmantes, em condições de precarização.

É preciso debater como é que se dá o acesso, a inclusão da população negra nos espaços institucionais; como é que se dá o acesso da população negra, de modo equânime, nos espaços institucionais?

É muito plausível que, num debate, nós possamos compreender que as Casas Legislativas hoje em dia não sabem o que é racismo; e nós, como negros,



tenhamos que explicar o que é racismo. Isso porque as Casas Legislativas não têm negros. Isto aqui não foi feito para nós. Dizem a nós que somos juridicamente legais. Atualmente, nós somos juridicamente legais, mas não nos deram nenhuma oportunidade de estar aqui de forma igual. E nós queremos isso. (*Palmas.*) Nós queremos igualdade de oportunidades, muito além da igualdade jurídica, muito além da igualdade legal.

Nesse sentido, é importante, além da Câmara Federal, discutir nos Estados a questão das cotas nas universidades — da USP a UEPA —, e cotas não só sociais, mas cotas raciais para os negros, para a população negra e pobre. Hoje, o Pará tem 76% da população negra, mas não há preto e pobre na UEPA. E não tem o preto e pobre cursando Medicina. Por que negro e pobre não quer ser médico? Não, nós queremos ser médicos, queremos ser advogados, nós queremos ser o que nós quisermos. E para esse povo que está aqui, esse povo negro, dizemos aqui que vamos resistir. A gente resiste e a gente existe. E a gente existe, porque quer uma política diferente neste País.

Hoje, estamos debatendo na Câmara Federal o maior furto do futuro da nossa juventude. Eu poderia muito bem não estar aqui hoje, porque a lógica que o sistema coloca é que o meu lugar não é aqui, o lugar de cada um, preto e pobre, que veio falar hoje aqui, não era para estar aqui. E, agora, querem dizer que nós temos que ser presos ainda mais cedo; querem nos colocar na cadeia ainda mais cedo.

Se quiserem, vão reduzir a maioridade penal para 16 anos, para 14 anos, para 10 anos e até abaixo dos 10 anos, mas não vão conseguir reduzir a violência. É isso que mostram os países que já reduziram a idade penal.

Nesse sentido, como não vão reduzir a violência, vão apenas nos encarcerar mais cedo, numa lógica de vingança, porque não pensam no futuro, não pensam na segurança pública. Pensam numa lógica de vingança, porque acham que nós somos violentos e nos estereotipam como seres violentos. Quem é violento hoje em dia? Quem é tratado estereotipadamente como marginal? Somos nós.

Nós, do movimento social, viemos aqui colocar que temos que ser radicais, do ponto de vista de ir à raiz do problema, para saber onde estão acontecendo essas mortes, quem está matando e como resolver essa problemática. Nós pedimos o fim



da Polícia Militar, o aumento das verbas para educação, para saúde e para projetos sociais.

Hoje, nós vamos ter um “pipaço”, às 16 horas, que está sendo organizado por vários movimentos sociais, que vai ser um ato simbólico contra a votação, amanhã, da redução da maioria penal na Câmara dos Deputados.

E quero dizer uma coisa: eu quero viver. E, para viver, eu preciso que esta Casa elabore políticas públicas que promovam a minha vivência com igualdade de oportunidades; e só vai ser conseguida — não apenas pelos Parlamentares — como o povo negro sempre conquistou as coisas. O povo negro conquistou sempre com luta e, da luta, a gente não arreda nenhum pé. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito bom! Obrigado, Heitor Moraes.

Com a palavra o último orador, Ronald Luiz, do Movimento de Paz e Direitos Humanos.

O SR. RONALD LUIZ - Boa tarde a todos da Mesa, principalmente aos representantes de movimentos sociais, do CEDECA, nosso parceiro, do Levante Popular da Juventude aqui presente.

Estamos aqui discutindo a insegurança, porque segurança nós não temos, principalmente para o povo negro e pobre. Deputado Coronel Niel, Deputado Delegado Éder Mauro, a gente vive no medo. E aqui, nesta Casa, acho que tem que perder o medo. Eu acho que a população precisa perder o medo, porque os pobres não têm acesso aos nossos direitos constitucionais.

Eu vou falar o que sempre me falavam nas comunidades, nos movimentos sociais, e que eu falei muitas vezes na universidade. Eu vou falar das ações que se faziam em algumas casas, em algumas periferias — e casas que muitas vezes não têm nem banheiro, as pessoas ainda fazem suas necessidades em saco plástico —, e que, muitas vezes, em nome do Estado, matava-se o povo negro. Isso é muito triste. Nós temos fé nessa nova CPI, porque isso aí não é só letra, não é só papel. Nesse Estado foi comprovada, pelas milícias, pela polícia, a Operação Navalha na Carne. Aqueles seis adolescentes que morreram na Chacina de Icoaraci, enquanto o movimento estava lá, com o CEDECA Emaús, e poucos movimentos ficaram à frente. Até mesmo a instituição governamental, muitas vezes, se ausentava de dar



apoio àquelas famílias. Foram seis adolescentes. E a principal pessoa que foi acusada e julgada nesse Estado fazia parte do 1º Comando, que era da Operação Navalha na Carne. E agora nós tivemos nas maiores periferias daqui — Jurunas, Guamá, Terra Firme — e se alongou para as periferias de Ananindeua e Marituba. E isto até os repórteres policiais não podiam divulgar, porque havia medo, medo.

Então, nós temos, há muito tempo, milícia nesse Estado. Acompanhei relatos de pais e de mães, enquanto entidade, enquanto quem trabalhou no Jurunas, no Guamá, com o Ninho das Águias, com projetos sociais de prevenção para pobres e negros, resgatou muitos jovens. Sei que é mínimo, porque precisa ser o Estado. O Estado é que tem que tomar conta disso, e não só os movimentos sociais. Nós fazemos o nosso movimento, mas o Estado precisa ser pai, precisa ser mãe, precisa ser responsável.

Criminalizar pai, mãe e jovem é fácil. Eu quero ver é dar as garantias de direitos. Então, é perdendo o medo que venho aqui nesta Casa, porque, da mesma forma que um Deputado chega aqui e diz que já foi ameaçado... Nós vivemos na vulnerabilidade, sim, ainda mais agora na vulnerabilidade da bala religiosa. Juntou-se no Congresso a bala e a religião, um que mata e o outro que ora. Estão matando nossa juventude negra, todos os dias, diuturnamente.

Nós precisamos mudar essa realidade do Pará, do País. Nós precisamos de projetos, sim, mas de proteção para a nossa criança e para o nosso adolescente. Avançou-se na cota no ensino superior. Nós precisamos de cotas, desde o ensino fundamental. Não se faz educação somente com professor. Pode ser o melhor mestre, o melhor doutor, mas educação se faz com políticas públicas não só de educação, de cultura, mas principalmente de segurança alimentar. Precisa ter segurança alimentar. Não adianta colocar um aluno pobre, com fome, em uma sala de aula, um aluno que não tem moradia digna, conforme diz a Constituição. Não quero ser generalista com as instituições militares, nem podemos ser.

Eu conheço o seu trabalho, Coronel Emílio. Parabéns! Não podemos ser generalistas, seremos injustos com todos. Nós precisamos mudar e tirar essa vergonha que há no Estado do Pará, essa vergonha de matar nossa juventude, essa vergonha que mata todo dia a periferia. É muito fácil sair na televisão, fazer algo de cinema, quebrando barracos. Eu quero ver é quebrar condomínios, porque os que



se dizem traficantes muitas vezes não têm nem banheiro. Ainda é esta a realidade. Eu quero ver quebrarem condomínios, porque os megatraficantes, os traficantes são esses. O que há na periferia é aviãozinho, é boqueiro. (*Palmas.*)

Desejo um bom trabalho para vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Eu vou devolver a palavra à Mesa e agradecer pelas intervenções a cada companheiro e companheira.

Deputada Mariana, V.Exa. quer fazer uso da palavra?

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para fazer as considerações finais da Mesa. Pelos depoimentos de hoje, conseguimos perceber que cada Estado tem sua realidade diferente.

Não me lembro do nome do jovem que, como representante de sua instituição, se sentindo realmente um jovem que passa por isso todos os dias. É disso que precisamos. Como disse no começo, é preciso escutar, porque só sabe mesmo da realidade quem passa por ela e a vive. É o que temos tentado fazer: levar esta CPI a todos os Estados e ouvir, para chegar a um diagnóstico final e mudar a realidade de nosso País.

Então, quero agradecer mais uma vez a presença e a participação de cada um que veio dar o seu depoimento. Eu me coloco sempre à disposição, como Vice-Presidente desta CPI. Considero-a de tamanha ao nosso País, para termos um Brasil de mais paz e de mais igualdade.

Muito obrigada a todos pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Mariana Carvalho.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Primeiramente, quero agradecer a participação dos representantes de movimentos sociais, dos defensores de direitos humanos, dos movimentos que estão trabalhando no dia a dia, enfrentando a violência.

Precisamos continuar essa nossa caminhada, primeiro, porque aqueles que morreram não falam, mas os familiares falam, e, segundo, há aqueles que foram



torturados e não puderam falar aqui ou que não vieram falar. Nós temos de continuar esse trabalho. O fato de ouvir o clamor, o grito cada vez mais estridente da sociedade, dizendo “*Olha, não dá para continuar desse jeito*”, nos permite dizer que não podemos continuar tendo uma representação política no Parlamento que, em sua maioria, não tem compromisso com essa causa, que procura cada vez mais se defender.

Nós temos que mudar não apenas a cultura deste País, mas mudar mentes, corações, entranhas, porque só assim há uma mudança radical na vida de cada um de nós.

Parabéns a vocês por estarem aqui e trazerem esse quadro, que se torna cada vez mais um quadro de lamentações, mas também de propostas significativas.

Quero manifestar minha solidariedade ao nosso companheiro, Deputado Reginaldo Lopes, que colocou a sua situação de Presidente de uma CPI que investigou aqui grupos de extermínio.

Também, em meu Estado, também sofro, a cada dia, as marcas da violência, pessoas querendo tirar minha vida. Por isso, em meu Estado, tenho que andar e estar sempre acompanhado de policiais federais para garantir minha segurança, mas não minha proteção, porque a proteção eu espero que Deus possa me dar para continuar nessa caminhada, e, assim, usufruir do que estabelece a Constituição: toda a ação do poder público, ou seja, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e todas as forças vivas são para assegurar a dignidade da pessoa humana. Infelizmente a dignidade da pessoa humana não está sendo respeitada. Muitas vezes está sendo vilipendiada, destruída.

Então, parabéns a vocês por acreditarem que é possível não apenas gritar, mas poder transformar esse grito numa indignação e numa ação efetiva para ter um mundo diferente, um mundo onde todos nós possamos nos respeitar, valorizar-nos e lutar por uma sociedade que seja justa, humana e fraterna.

Parabéns!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado Deputado Luiz Couto.

Concedo a palavra ao Deputado Estadual Coronel Neil.



O SR. CORONEL NEIL- Eu venho só agradecer e só falarei umas breves palavras. Primeiro, a minha polícia e a polícia do meu querido Estado do Pará não sai de casa para matar negros, brancos ou qualquer cidadão. Não sai de casa para isso. Eu passei 25 anos da minha vida saindo de casa para trabalhar, botando a minha vida em jogo para defender famílias, para defender a sociedade. Eu tenho certeza de que os policiais militares, pelo que eu vivi, pensam da mesma forma — comandi 12 quartéis. Já comandi quartéis 2.800 homens que não têm esse pensamento. Agora, digo bem claro que a instituição policial militar que querem desmilitarizar é a instituição mais fiscalizada do mundo, porque existem sete órgãos fiscalizando a Polícia Militar, enquanto em outros órgãos aí, quando um cidadão comete um crime, ele responde só a um processo judicial. Nós somos fiscalizados por dezenas de órgãos e somos processados duas vezes, não só pela Justiça Militar como pela Justiça comum.

Então, eu digo que uma instituição de 20 mil homens tem que ter aqueles que desvirtuam a função, mas vai para a rua de imediato, responde a processo e paga com a própria liberdade. Há vários companheiros presos lá, respondendo a processo e não fogem da cadeia, cumprem a pena em tempo integral.

Então, a minha polícia do Estado do Pará, a polícia em que eu passei 25 anos, não sai de casa para matar. E digo mais: não escolhemos brancos e negros na rua. Escolhemos a Constituição, que diz: *“Fundada a suspeita, é feita a abordagem”*. Eu sou do grupo de negros, porque a minha cor é parda. Eu sinto-me tranquilo quando sou abordado e revistado na rua. Só me identifico que sou coronel depois, mas infelizmente muitas pessoas me conhecem. Existe, sim, o racismo de algumas pessoas, mas a gente o combate na instituição com políticas públicas, com políticas de direitos humanos dentro da instituição. Lá se abrem vagas para concursos públicos. Hoje, 66% dos policiais são negros, prestaram concurso e obtiveram o direito de entrar na instituição. Então, há uma liberdade na instituição. Na polícia, temos pessoas da classe negra, da classe branca e todo tipo de classe. Digamos que não existe isso dentro da instituição policial militar. Existe o desvio de conduta, nós somos processados, penalizados.

O amigo falou aqui: deve-se fortalecer a Corregedoria. Pelo amor de Deus! Mais fortalecida do que ela já está? Não sou contra a Corregedoria. Pelo contrário,



sou a favor. O desvio de conduta tem de ser punido. Eu respondi a vários processos oficiais, mas nenhum estava envolvido com droga, com confusão, com briga de rua ou com briga familiar, mas, sim, defendendo a sociedade. Há sempre os policiais que usam do meio para defender o lado negativo. Para mim, a Corregedoria é o termômetro da violência. Uma Corregedoria muito forte faz a violência crescer e o policial recua. Precisamos, sim, que a Corregedoria oriente, dê palestras e vá aos quartéis orientar, mas não puna por qualquer coisa, prender por prender. O cidadão, com isso, tem mais liberdade do que o policial de trabalhar.

Segundo ponto, meu amigo, Delegado Éder Mauro, este Deputado é a favor, sim, da redução da maioridade penal. Pode contar, sim, com o apoio deste Parlamentar no Estado do Pará. (*Palmas.*) Eu vivi 25 anos da minha vida no combate, no dia a dia. Quando faltavam políticas públicas, estava lá o policial civil e o policial militar para defender a sociedade. Eu não estava dentro de gabinete, eu não estava no ar-condicionado, eu não estava dentro de uma escola. Eu estava na rua, sentindo a dor, de perto, com a população. Eu sempre trouxe resultados. Não venho aqui acusar ninguém. A CPI é para defender crimes de homicídio contra adolescentes, mas parece que veio para apurar os policiais militares. Só falaram da Polícia Civil. Parece que a morte de negros é culpa da polícia, mas não é não. Temos de fazer políticas públicas, temos de valorizar o negro, temos de dar prioridades, mas não é culpa só da polícia. A polícia nunca teve culpa. A polícia trabalha defendendo a sociedade.

Então, vou entregar pessoalmente, Deputado, e também para a CPI, todos os meus projetos voltados para ajudar não só a classe negra, a classe branca, a classe parda, mas todo tipo de classe. Todos nós temos direitos iguais. A Constituição Federal é bem clara no art. 5º. Vou entregar, porque todos os meus projetos são voltados para a defesa do cidadão, e crimes hediondos para policiais militares, sim. Ponho-me à disposição, Deputado Bordalo, para ajudar também V.Exa. nessa ameaça de morte. Com certeza, isso é um caso grave que foi feito a um Parlamentar. Falo a V.Exa. que eu e esse delegado aqui passamos 25 anos da vida sendo ameaçados na rua. Já tentaram me matar várias vezes. Inclusive, uma vez, na Sorveteria Cairu, quatro bandidos vinham de um supermercado e eu tive, junto



com a minha família no carro, intervir num assalto, trocando tiro com bandido com a minha família dentro do carro.

Em Mosqueiro, sexta-feira, um policial veio passando, havia um cidadão se afogando, a população gritando, esperando o bombeiro chegar, o policial militar tirou sua farda e salvou aquela vida. Isso saiu no jornal? Não saiu. Alguém dos direitos humanos foi lá dar parabéns ao policial militar ou lhe fazer um elogio? Não. Ficou por isso. É normal o policial estar passando, largar a família dele, nadar e arriscar a morrer junto com o cara que está se afogando. Salvou uma vida, mas é normal.

Nós queremos políticas voltadas para todo cidadão, não só para um grupo reduzido. Tem meu apoio o grupo de negros. Se for preciso fazer políticas em defesa do negro eu apoio. Coloco o Estado do Pará à disposição. Este humilde policial militar, que só tem 25 anos de carreira pública defendendo a sociedade, está à disposição da CPI, de todos os órgãos e de todos aqueles que precisam.

Muito obrigado. Estamos à disposição no Pará. *(Palmas.) (Manifestação no plenário.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Obrigado.

Sr. Presidente, eu fico feliz que a CPI, com todo sacrifício — conseguimos trazê-la junto com vocês para o Estado do Pará —, para que pudessem ver a realidade também do Estado do Pará, possa ter sido de uma forma completa, e nós podermos estar vendo que muitas entidades de direitos humanos, muitas entidades de classes estão aqui e muito menos policiais. Só se vê um policial representando a polícia militar que foi convidado para estar aqui. Os demais, várias entidades, estudantes de Direito, pelos quais temos todo o respeito, inclusive respeitamos a opinião de todos eles, como nós respeitamos, lá em Brasília, nas sessões. Algumas delas foram a embates, e tivemos que nos posicionar, como eles se posicionam e eu me posiciono sempre. Eu, esteja onde estiver, posso estar até em minoria, mas o meu discurso, as minhas opiniões, os meus convencimentos, trazidos dos pequenos 30 anos que vivi dentro deste Estado, defendendo a família, defendendo os nossos filhos do mundo das drogas que está aí, é que me faz levar a isso.



Gostaria muito, mas gostaria muito mesmo, que no nosso País nós tivéssemos a igualdade plena, em todos os sentidos, que todos tivessem acesso livre às escolas, que nós não precisássemos de cotas, porque cotas, para mim, é a maior prova de preconceito que existe. *(Palmas.)* Estabelecer cotas para mulher, estabelecer cotas para negros, estabelecer cotas, para mim, são questões que levam a esse tipo de coisas. Gostaríamos de ter um País em que todos tivessem igualdade, que ninguém precisasse de cota nenhuma. A senhora está aqui. Ainda há pouco um colega falou ali que aqui, na Assembleia ou no meio político, não era lugar dele, porque ele era negro e pobre. Já ficou estabelecido na Comissão, e no início brigamos muito por isso. Consideramos, pela CPI, os negros, os pardos, e você está aqui, colega. Eu ouvi vocês e peço o respeito para me ouvirem. *(Palmas.)* Eu os ouvi calado e peço respeito para ser ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos garantir a intervenção do Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Então, Sr. Presidente, quero, sim, um País livre, onde todos tenham acesso a tudo. E vou dizer: o povo brasileiro é um povo feliz, mas massacrado. Gostaríamos que cada dona de casa, cada cidadão pudesse estar no supermercado comprando a sua comida e ter o dinheiro para pagar, porque muitas vezes eu vi senhoras devolvendo dois tomates porque o dinheiro não deu. Gostaria de poder ter os nossos jovens nas escolas estudando, com uma educação de qualidade, sem cor, sem raça, sem preconceito de nada.

Gostaríamos, sim, de poder ter tudo isso, mas infelizmente este País realmente não tem. E a culpa é de quem está no poder, que esteve no poder, e eu não quero colocar bandeira de partido aqui, mas de todos os partidos que estiveram no poder durante todos esses anos e que nunca olham para esse povo como têm que olhar. Olham para os seus bolsos, isso, sim. E as provas estão aí, no que a Polícia Federal apura. Se nós tivéssemos, em vez desses 6 bilhões, só da PETROBRAS, investidos em cada escola, não teríamos visto certamente muitas coisas acontecidas.

Agora, quero dizer, como o meu nome foi mencionado várias vezes aqui, Deputado Neil, que eu não faço parte de pequeno grupo de pessoas, de ativistas, de



minoria, e não me sinto realmente representado por isso. Eu sou representado por famílias paraenses, por quase 266 mil votos dentro deste Estado (*palmas*), e represento, sim, o povo deste Estado, e agora o povo brasileiro, para defender o povo brasileiro. (*Palmas.*) E não faço aqui, da tribuna (*manifestação na galeria*), eu não faço da tribuna palanque de poucos, como em Brasília, que sobem à tribuna para falar de direitos, para falar de igualdade, para falar de respeito, como o Deputado Jean Wyllys e como a Deputada Erika Kokay, porque eu não tenho receita de falar — e S.Exa. já está me processando lá —, porque eu não fui eleito para defender bandido, não fui eleito para defender coisa errada e destruição de família. Essa minoria ativista como eles, lá em Brasília, defende projetos — talvez esses poucos representantes não saibam —, como o de gênero, que defende simplesmente que pessoas que, por questão de gênero, queiram trocar de nome, maior de 18 anos, podem ir lá, no cartório, se o projeto deles fosse aprovado, e trocar de nome. Tudo bem, as escolhas sexuais são de qualquer um. Eu não tive nunca problema com ninguém por escolha de sexo, mas se for um menor de 18 anos, pelo mesmo projeto, se os pais não quiserem que eles troquem de nome, eles podem ir à Defensoria Pública e ir ao cartório, argumentando o projeto, trocar de nome.

Mas isso não é o pior, minha gente, desses poucos que defendem tanto classes e outras coisas mais: essas mesmas crianças, por esse projeto, se quiserem trocar de sexo por intervenção cirúrgica, e os pais não admitirem isso, podem ir à Defensoria Pública e, pelo SUS, de forma sumaríssima, trocar de sexo. Isso, sim, é absurdo. (*Manifestação na galeria.*) E a Esquerda, como a Deputada Erika Kokay, não é diferente: sempre quando começa a ouvir a verdade, retira-se. (*Manifestação na galeria.*) Isso aqui que deveria ser... (*Palmas.*) Vou já concluir. Falo a mesma coisa. Como a Erika Kokay saiu do Plenário, a Esquerda deveria ouvir as verdades, quando têm que ser ditas. (*Palmas.*) Quando a polícia é atacada em Plenário, as pessoas e os policiais ficam calados. (*Palmas.*) Fui policial 30 anos neste Estado, e eu tenho certeza, senhores, que, durante 30 anos, eu nunca foi treinado, nunca fiz concurso para a polícia e eu sou negro. Eu sou negro, pelo que se estabelece aqui. (*Palmas.*) Nunca fui para a rua para matar inocente. Já troquei, sim, tiro com bandido; bandido já morreu porque estava causando o mal, estava querendo matar



inocente e estava querendo roubar inocente. Eu prefiro, mil vezes, eu prefiro, mil vezes, que a cadeia esteja cheia de bandidos do que o cemitério cheio de inocentes. *(Palmas.)* Disso eu tenho certeza. *(Palmas.)*

Para concluir, Sr. Deputado: questão de redução da maioria penal. Eu respeito o posicionamento, como eu disse, de todo mundo, e vou lutar até o último degrau para isso, porque eu vivi na rua e sei o que está acontecendo. Eu falo sempre: gostaríamos que a polícia não precisasse usar arma no Brasil. Isso é um sonho. Quem sabe, um dia, nós vamos chegar nisto: policiais nas ruas só orientando as pessoas, que policial não precise usar armas. As polícias, hoje, neste País, têm, sim, que usar armas, porque os bandidos, neste Estado, usam fuzis 556, 762, granada, usam de tudo. *(Manifestação na galeria.)* Como policiais, somos pessoas comuns, como qualquer um, que sai de casa e deixa a família, como a minha esposa, que está aí e já foi baleada, porque tentaram me matar uma vez.

Então, gente, um bandido, na rua, vai morrer, porque ele, se morrer na mão da polícia, é porque, com certeza, ele trocou tiro com a polícia. Agora, casos isolados, eu também aqui não cubro. Eu acho que tem pessoas ruins em todas as instituições, mas a polícia do Estado do Pará é uma heroína, porque policial civil e policial militar, com apenas duas vezes e meia o contingente que deveria ter neste Estado, fazem o que fazem... São heróis! *(Palmas.)* O Governo do Estado do Pará, hoje, que entregou o Estado na mão de bandidos, não pode querer que policiais sem incentivo nenhum, sem incentivo político nenhum, de força e de pulso, possam estar na rua defendendo cidadão.

Redução da maioria. Um garoto dos anos 40 e dos anos 50 — eu vou concluir, Sr. Presidente — não tinha acesso à Internet, nem existia isso; o limite da liberdade dele era a rua da casa dele. Era lá o limite dele. As festinhas dele eram, num fim de semana, na casa dele, no outro fim de semana, na esquina. O outro caminho que ele conhecia era o da escola. As crianças e os adolescentes daquela época tomavam bênção do pai e da mãe quando chegavam e saíam de casa. Os jovens de hoje, como um todo, têm acesso à Internet de forma ampla, que ensina tudo de bom e de ruim; têm acesso e liberdade ampla no espaço e nos conhecimentos, têm acesso a tudo, aos programas televisivos — não preciso nem



eu mencionar novelas para dizer que ensinam tudo de bom e de ruim. Quatro pesquisas de instituições mostram que 90% do povo brasileiro clamam por isso.

O problema social, o problema da nossa juventude, que eu sempre digo e vou repetir, Deputado Reginaldo, que mata os nossos jovens, é a desagregação familiar. Eu lhe disse que eu vou repetir até na última sessão isto: desagregação familiar, falta de políticas públicas dos Governos Federal e Estadual, que não investem na nossa juventude, em esporte, em curso técnico, em escola em tempo integral, para que a nossa juventude aprenda valores corretos de vida e possa estar vacinada para não se envolver na consequência que os leva à morte — aqueles que não têm estrutura familiar —, que é a droga e o crime. *(Palmas.)*

Estão aqui os recortes de jornal do Estado do Pará, e não é diferente no País todo, que mostram a nossa juventude morrendo. Morreu com 17 anos. Por quê? Envolvido com droga. Eu vou citar só três casos, Srs. Deputados.

No Rio de Janeiro, um médico foi morto por um bebê que só tinha 15 passagens pelo sistema de menores. Só 15! Ele preso e colocado na rua, preso e colocado na rua, até que matou um médico que trabalhava em hospital que atendia pessoas carentes.

Estes jovens aqui, dois Lucas do Estado do Pará — eu queria que os ativistas pudessem ver e ter a certeza — e uma garotinha foram mortos por três bebês. Lucas estava dentro de um ônibus, com outros colegas, na madrugada, para ir ao interior do Estado do Pará prestar socorro a atendimento médico gratuito e voluntário. Os três bebês, Deputado Reginaldo, entraram com as mamadeiras na boca e as armas na mão, roubaram, humilharam, bateram e, no final, não satisfeitos, mataram o Lucas. Acabaram com o sonho do Lucas, acabaram com a vida do Lucas, destruíram a família do Lucas. *(Palmas.)* E vocês querem me dizer que são inocentes? *(Palmas.)*

No Piauí, se vocês não sabem ou não veem televisão, quatro meninas, garotas, jovens, foram estupradas durante mais de 2 horas, Deputado Reginaldo. Foram massacradas, violentadas, tiveram os bicos dos seios cortados, foram jogadas de um penhasco de mais de 15 metros. Eles, não satisfeitos, desceram e jogaram pedras na cabeça das meninas para que tivessem certeza de que estavam mortas. Uma está morta, outra está em coma induzido e duas ainda estão vivas.



Então, que me perdoem o posicionamento de qualquer um: vou brigar, sim, pela redução da maioria penal, porque é o que o povo brasileiro quer. *(Palmas.)*

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra...

(Manifestação na galeria. “Não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da Polícia Militar! Não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da Polícia Militar!”)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero passar a palavra para a Relatora, Deputada Rosângela Gomes, mas antes eu quero dizer que já me posicionei aqui anteriormente. Eu acho que a única maneira de a gente construir convergências é garantindo o diálogo. Se a gente romper o diálogo, nós rompemos qualquer possibilidade de convergência, porém eu quero discordar da opinião do Deputado Éder Mauro — depois eu vou falar sobre isso —, em especial, porque eu acho que, com a ausência do Deputado Jean Wyllys e da Deputada Erika Kokay, eles ficaram sem defesa. Eu tenho garantido, na Câmara dos Deputados, sempre que se é citado, o direito da réplica. Então, eu quero só dizer que eles foram citados e ficaram sem o direito da defesa, até porque são homens públicos, como também o Deputado Delegado Éder Mauro. Então, é evidente que as opiniões do Deputado Jean Wyllys e da Deputada Erika Kokay todos conhecem. Então, eu acho que nós temos que conviver numa Casa plural e garantir essa diversidade de pensamento.

Quero passar a palavra à Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, componentes da Mesa e todos os presentes, mais uma vez, eu quero agradecer à acolhida do Estado do Pará, da Cidade de Belém, à CPI. Quero dizer para vocês que nós estamos fazendo aqui um trabalho democrático. Em trabalho democrático você escuta todos os lados, e esta CPI não tem medido esforços para estar em todos os Estados, para ouvir tanto a sociedade civil como o Estado. Acho que nós já ouvimos mais de 300 representações dos movimentos sociais, sempre respeitando todos, também como o Estado, quer seja através do Ministério Público, quer seja através de um Secretário de Educação, quer seja através do Governador ou da Secretaria de Segurança.



Eu ouvi atentamente aqui as considerações, principalmente de um jovem que me chamou a atenção. Quero dizer que esta CPI surgiu de um pedido de mais de 30 anos dos movimentos sociais. Então, o Parlamento está atento com relação à solicitação da população, sem dizer que lei boa é aquela que nasce do povo. Se a lei não nascer do povo, não tem eficácia. Obviamente, teremos sempre a Oposição e a Situação.

Outra fala muito que me satisfez e muito proativa foi do jovem que falou aqui: *“Nós não vamos desistir, nós vamos continuar resistindo”*. É preciso resistir, é preciso lutar, é preciso acreditar. Alguém falou que nós somos uma gota no oceano, no Parlamento; somos porque é fruto de uma resistência, é fruto de um trabalho, é fruto de uma coerência. Eu sempre costumo dizer de onde eu saí. Eu também já fui jovem, e não estou longe da minha juventude, mas quando o Estado me condenou, para mim, eu não teria futuro por se negra, de bairro periférico, não ter estudo, eu fui à luta. Eu fui vender água no sinal, fui vender refrigerante na praia, pagar os meus estudos e acreditei que podia mudar a história da minha vida e da minha família. *(Palmas.)*

Eu falo isso porque aqui eu procuro sempre ser neutra ao defender a Nação e o povo. Quero dizer que nós vamos produzir o nosso trabalho com muita imparcialidade. Nós temos que ser justos.

Agora, bem colocado também foi o exemplo do jovem que falou aqui de forma muito positiva. Para que a gente possa mudar tudo isso, a gente precisa entender que é na política que está o centro do poder. Nós precisamos votar de forma coerente e consciente. O País — a nossa situação, principalmente da população de pretos e pretas — só vai mudar quando nós votarmos também com os pretos e as pretas. Nós precisamos viver com mais pretos no poder, mas o povo preto também precisa se unir mais. Os movimentos todos têm que se unir em prol da questão da reparação. Tudo que foi dito aqui foi dito de forma positiva. A nós nos foi negado tudo durante muitos anos — eu já falei para vocês o que eu tive que fazer para mudar a minha história.

Portanto, eu queria chamar atenção para isso, porque até o próprio Nelson Mandela — Deputado Reginaldo Lopes, eu gosto muito da fala dele — dizia que não entendia como 2 milhões de homens brancos podiam dominar 8 milhões de um povo



negro. Então, nós, como população negra, precisamos estar mais atentos ao processo eletivo.

Enquanto eu estiver na Comissão, estarei lutando pelo menos favorecido, estarei lutando pelo povo de uma forma mais igual e justa. Estou aqui com muita coerência, com muita responsabilidade, com muito equilíbrio, sem me deixar levar para um lado e para o outro, pois conheço todos os lados, até porque sei de onde saí e o que eu faço o dia inteiro para permanecer trabalhando, falando, posicionando-me e continuando também, como vocês, a viver. *(Palmas.)*

Boa tarde.

Muito obrigada pela acolhida. Espero que a nossa CPI, a nossa Relatoria possa produzir efeitos positivos para a nossa sociedade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Rosangela Gomes.

Eu quero, primeiro, dizer que eu falei com o Deputado Delegado Éder Mauro que eu vou pedir ao Kassab para que a agenda dele de amanhã determine que ele fique aqui o dia todo, de modo que o Deputado Delegado Éder Mauro vá a Brasília para votar a favor da redução.

Em segundo lugar, a minha posição também é legítima — estou falando isso, mas é evidente que cada Deputado tem a sua posição em relação a esta matéria. Eu estou convencido da minha, pelos próprios estudos que nós fizemos durante a CPI, Deputado Delegado Éder Mauro.

Há um dado que me impressiona: até 12 anos de idade, você tem 1,3 morte de criança negra para cada 1 morte de criança branca. Então, você tem uma pequena disparidade. Levando em consideração que a maior parte da população é negra, podemos dizer — o razoável seria zero — que nós superamos a mortalidade infantil das crianças negras e pobres.

Qual é o problema? Aos 12 anos de idade, começa a idade de imputabilidade infracional. Muitos pensam que a penalização no Brasil só acontece a partir dos 18 anos, mas a imputabilidade infracional começa aos 12 anos. Nenhum país do mundo criminaliza tanto a sua juventude, a partir de 12 anos de idade.



Então, os jovens começam a sofrer medidas infracionais, num sistema falido — com isso eu concordo —, no qual os Estados não deram conta de cumprir o seu papel e cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina a criação dos centros, das medidas socioeducativas.

Na verdade, isso não é cumprido, e as crianças têm que ser liberadas. Elas não podem ser presas com adultos. Então, no máximo, ficam presas durante 45 dias, mas elas são punidas — inclusive, podem ser albergadas. O Estado brasileiro não deu conta.

Então, primeiro, temos o erro do Estado de não dar conta de cumprir o seu papel e de agora tentar reduzir a idade, até porque também, no sistema prisional brasileiro, vamos dizer, dos adultos, nós sabemos qual é a taxa de ressocialização. Nem diria de ressocialização, porque a maioria desses cidadãos não tiveram oportunidade de ser socializados.

Na verdade, o que ocorre a partir dos 12 anos? Em alguns Estados — e aqui em Belém ocorre isso —, para cada dez assassinatos, nove são de negros e pobres. Então, você começa a ter uma vitimização bem determinada para um público. E você tem na população carcerária também outra característica da população presa, ou provisoriamente ou... Essa população está presa em flagrante. Ela é presa por crime patrimonial, 50%, e 35% é presa por crime... Confundem... Eu presidi uma Comissão sobre drogas. Confundem o que é um usuário de drogas com um traficante. E 35%, infelizmente, são usuários de drogas.

Então, nós temos uma população carcerária que não está presa, nem dos adultos... Eu estou falando dos adultos. Elas não estão presas por crimes contra a vida, porque por crime contra a vida apenas 3% são presos no Brasil. Quer dizer, os adultos não são presos. Os adultos cometem homicídios.

Eu concordo também que 85%, 90% dos crimes de homicídios têm uma banalização da vida, têm algumas razões fúteis. Não é a ampla maioria que é cometida pelo agente do Estado. O agente do Estado, 10%, 15%, o que é muito alta também.

É evidente que não é bom para as corporações — e o Deputado Delegado Éder Mauro concorda com isso, e eu também acredito — que elas tenham uma alta letalidade, porque, ao mesmo tempo em que mata, morre também. Isso está



vinculado à violência e à cultura da violência no País. E nós temos que reduzir essa letalidade, evidente. Mas, na verdade, os adultos não pagam pelo crime contra a vida, e os nossos menores já pagam pelo crime contra a vida com as medidas socioeducativas.

O impressionante, nesses dados todos, é que, ao chegar aos 18 anos de idade, esses jovens, esses adolescentes são assassinados. O pico de assassinatos, de homicídios no Brasil, ocorre aos 19 anos. Coincidência ou não, é quando as nossas crianças perdem a proteção do ECA. Se o ECA tem problema, ao reduzir a idade penal, na minha opinião, o Estado brasileiro, que é incompetente, não deu conta de cuidar de jovens em conflitos com a lei... E quem não dá conta de cuidar de jovens e adolescentes em conflitos com a lei não dá conta de cuidar de nenhum cidadão. Então, eles não dão conta. O Estado não deu conta. Ao reduzir a idade para 16, em vez de a gente responder com políticas sociais, manter esse jovem de 19 anos vivo, porque o pico é gritante, quando eles são assassinados...

Eu tenho uma impressão, Deputado Delegado Éder Mauro, que deve ser... Porque, ao irem para medidas socioeducativas, eles têm que fazer alguns arranjos para permanecer vivos, e quando saem, ao não se incorporarem aos grupos criminosos, eu tenho a impressão de que eles são assassinados por isso, porque é uma revanche. Se incorporar, talvez não. Talvez isso ocorra aos 24 anos, porque vão morrer, mas, ao não resolverem... E tem uma política afirmativa para os meninos de 19 anos, e está lá no mapa da violência o pico do assassinato, nós vamos reduzir a vida desse menino em mais 3 anos, nós vamos trazer isso para 16 anos, não tenham dúvida.

Então, para mim, na verdade, virou uma panaceia, porque a redução em si não vai resolver. Eu respeito quem vai votar, mas o que vai ocorrer posteriormente, 3, 4 anos depois, é que nós vamos ampliar a população carcerária num sistema falido e vamos antecipar a morte dos nossos jovens, que 80% são negros e pobres, a partir dos 16 anos.

Então, eu acho que teria muito mais convergência se a gente buscasse mexer no ECA. Eu não sou a favor da proposta do Geraldo Alckmin, porque eu também acho absurdo 10 anos para o adolescente... Graduar em 10 anos o crime hediondo para o adolescente, no ECA, também é uma revanche, porque nem adulto no Brasil,



quando é julgado — e só 3% são presos — fica tanto tempo. Um adulto, em crimes hediondos simples, se pegar 6 anos, reduz e fica lá 1 ano ou 2 anos preso.

Mas eu sou daqueles que acha que a gente poderia fazer uma discussão pelo ECA e graduar o crime contra a vida, principalmente no caso do menino que está com 17, completando 18 anos, mas também deveríamos endurecer a pena para adultos que utilizam menores em atos criminosos.

Então, nesse sentido, eu quero aqui também afirmar a minha posição. Eu espero que o Parlamento brasileiro rejeite a proposta da emenda constitucional, e que nós possamos fazer um grupo de trabalho para discutir o ECA. Não dá para reduzir a maioria penal no Brasil. Eu acho que isso será muito prejudicial ao movimento que o Brasil precisa fazer, e a anistia internacional está fazendo, que é deixar a juventude negra viva — viva e solta, não encarcerada, e menos ainda morta; hoje, a maioria está sendo assassinada.

Então, eu quero aqui deixar essa posição e dizer também que eu, na condição de Presidente da CPI, acredito que nós precisamos nos concentrar naquilo que é mais importante e que unifica mais o conjunto de membros da CPI. A partir da leitura do passado... Alguém falou aqui que quem não conheceu o passado erra no presente e prejudica o futuro.

O que nós precisamos fazer? Nós precisamos pactuar com todos os Poderes, porque o Brasil não pode conviver mais com essas taxas de homicídios. Nós não podemos matar mais ninguém no Brasil. Nós temos que criar uma nova cultura para isso — uma nova cultura dos agentes de segurança pública, uma nova cultura da sociedade. Nós aprendemos, na história, que ela era hospitaleira, gentil, fraterna, mas a sociedade brasileira, lamentavelmente, é muito violenta, mata por pouca coisa.

Um grupo de jovens mata em um final de semana porque um mexeu com a namorada do outro. Um grupo de vizinhos mata porque o chuchu da casa de um passou para o outro terreno, o vizinho o apanhou e não avisou. Casais normais brigam e matam também. Nós precisamos encarar essa questão da violência no Brasil. Nós precisamos romper essa lógica, que a história ensinou erroneamente, de que no Brasil há uma sociedade pacífica. Nós somos uma sociedade muito violenta, e nós não podemos mais conviver com esses indicadores.



Segundo, nós também temos que admitir — não dá mais para negar — que está muito estruturado o racismo institucional no Brasil. Eu quero defender isso na CPI, Relatora. Nós deveríamos concluir que há um genocídio de jovens negros no Brasil, respeitando quem acha que não. Mas por que é extremamente importante que tenhamos essa opinião? Para que possamos denunciar o Brasil, e o Brasil seja obrigado a tomar medidas preventivas, medidas de políticas públicas.

No Brasil há um clamor, é verdade. Nós ficamos 400 anos com trabalho escravo, e nos 127 anos de abolição da escravatura nós não fizemos nenhuma reparação de danos. Então, essa questão de definir que pela morte física 80% são negros — pardos e negros, porque pardos são negros — e também que nós temos uma morte simbólica... Todo mundo aqui concorda com isso. O próprio Delegado Éder Mauro concorda. Sempre, em suas falas, ele fala da exclusão dos pobres.

Nesse sentido, Delegado, eu até faço um apelo para que V.Exa. concorde com essa definição sobre genocídio, porque nós abrimos um debate com a sociedade para dar visibilidade. Há uma desigualdade gritante na sociedade brasileira em relação às oportunidades para os mais pobres e negros, ou negros e pobres, para que o Estado brasileiro comece a focalizar políticas, porque só assim nós vamos trabalhar junto com a política da polícia, do aparato de repressão, a política coercitiva, de maneira a encontrar uma saída para a alta taxa de violência no País. Não adianta só a questão penal, não adianta só a questão do aparato repressivo, se não estabelecermos os três pês. Os senhores, que são agentes de segurança, falam muito disso. São as questões preventivas, que têm que ser feitas através das políticas sociais e das políticas públicas.

Nesse sentido, nós queremos reconhecer isso, porque essa é uma luta de mais de 30 anos. Se a sociedade brasileira tivesse ouvido os movimentos organizados do povo negro, que denuncia há mais de 30 anos o genocídio, talvez nós tivéssemos evitado que o Brasil, nos 30 anos, matasse mais de 1 milhão de pessoas. Nós matamos mais de 1 milhão de pessoas, depois de 1980. Nós já matamos mais, e temos mais desaparecidos no processo democrático do que no processo da ditadura.

Então, tudo isso é um problema grave do Estado brasileiro. E olhem que quem está falando isso é uma pessoa que é do Governo. Eu sou do Partido dos



Trabalhadores. Tenho o maior orgulho de ter sido da base do Presidente Lula, tenho o maior orgulho de ser da base da Presidenta Dilma, mas, de fato, eu acho que de algumas matérias o nosso Governo não se apropriou.

Nesse debate sobre segurança pública, em específico sobre as políticas de prevenção, de intervenção nas comunidades mais vulneráveis, de ter uma política mais afirmativa para igualar as oportunidades, o nosso Governo se omitiu. O nosso Governo entende pouco desse tema.

Então, chegou a hora, também, de quem governa o Brasil assumir essa responsabilidade. Então, essa questão de que há o genocídio... Nós não estamos dizendo que o genocídio é feito pelo agente de segurança. Pelo contrário. Nós não estamos dizendo isso. Nós estamos dizendo que ele é feito pela ausência do Estado. Nós estamos falando de uma questão, do racismo institucionalizado, do Estado. Nós não estamos dizendo que é de uma categoria ou de um governo, nem estamos dizendo que é do Governo do Presidente Lula ou da Presidenta Dilma. Até porque quem mais distribuiu renda...

Quando falamos sobre os problemas do Brasil, nós não podemos negar o presente. Olhem que o Bolsa Família... Se não houvesse o Bolsa Família, imaginem quantos não seriam assassinados. Quando dizemos que até 12 anos as crianças negras são preservadas, é porque há uma política de universalização da escola básica. Quando nós dizemos que esse debate sobre o extermínio de jovens negros está colocado de maneira firme na sociedade, é porque nós saímos de 2% de universitários negros para 10,8%.

Eu diria uma coisa aqui: se não dermos conta, Relatora, de sinalizar um futuro melhor a partir do presente, em que se vai eliminar qualquer tipo de preconceito, os próprios negros que hoje foram incluídos, que têm filhos que, no futuro, serão vítimas de preconceito, esses próprios negros, fruto do novo Brasil que nós estamos construindo, irão às ruas. O que os Estados Unidos manifestaram contra o seu racismo, aqui no Brasil vai ser fichinha, porque nós, junto com os negros, vamos colocar este Brasil abaixo para reverter o tamanho do preconceito e da injustiça que foram colocados nesses 500 anos da história brasileira.

Portanto, o Brasil tem dois caminhos: ou faz agora um projeto que sinalize com clareza que, nos próximos 10 anos, nós não vamos conviver com mais de um



dígito de homicídios — ou seja, menos de dez — e que não haverá diferença entre a quantidade de mortes de negros e brancos, que somos um povo; ou, então, com o que vai acontecer — manifestações, reivindicações e indignação por várias ruas, neste País —, o Estado brasileiro vai viver um dos seus maiores conflitos sociais. Hoje, isso está disfarçado, está tampado, mas, não sei se daqui a 1 ano, 2 anos, 3 anos, 4 anos, 5 anos, vai explodir.

Portanto, nós, como homens públicos, deveremos nos concentrar naquilo que é mais importante, que é mudar esta dura realidade que nós vivemos hoje, que não dá para defender. Não dá para concordar que uma cidade como Belém mate 100 pessoas a cada 100 mil, que a cidade vizinha aqui... Há uma cidade aqui no Pará que mata quase 300. Não podemos concordar com isso. O Governador do Estado — não sei se é do meu partido ou se é de outro partido, seja de que partido for; evidente que eu sei que ele é do PSDB — não pode concordar com isso, assim como há governos do meu partido que também não podem concordar com isso. E a Presidenta Dilma, que é do meu partido, também não pode concordar com isso. E não há nenhuma ação planejada para mudar esta realidade. Então, todos nós estamos aqui dizendo que queremos o bem da sociedade e queremos um país que dê oportunidade a todos os seus filhos.

Então, é isso. Quero dizer que nós vamos apresentar essa mudança constitucional sobre segurança pública. Nós queremos que esse debate seja de domínio popular, porque também o povo se ausentou desse debate. Então, o povo tem que discutir, todos têm que discutir, seja quem trabalha com o tema de segurança pública, seja o cidadão comum. Nós temos que obrigar que cada Município chame o seu povo e elabore as suas estratégias; e os Estados também têm que fazê-lo. A União também não fez isso. Nosso Governo, que fez tantas conferências, só fez uma e não fez mais conferências sobre segurança pública. Nós, juntos, num primeiro momento...

É evidente que, quando o debate está bloqueado, quando você chama diferentes atores para discutir, todo mundo chega com suas posições — e as pessoas acham que essas posições são as melhores. Mas, no processo democrático de discussão, busca-se convergência, e todo mundo aqui quer o bem maior. A partir disso, mudam-se, deslocam-se e melhoram-se as posições.



Então, nós também queremos obrigar a que haja os planos decenais e que eles sejam construídos por todas as Câmaras, por todas as Assembleias e pelo Congresso Nacional. Também queremos obrigar cada um a construir os seus planos de metas. Eu acho que, se planejarmos, nós não vamos ficar presos ao passado, presos ao presente, vamos aprender com o presente e o passado e vamos discutir o futuro, para que possamos ter condição de dizer ao nosso povo que nós não vamos mais matar ninguém aqui, que não se pode matar e que nós criamos uma nova cultura de paz.

É evidente que superamos entraves. Nós não estamos falando aqui dos entraves do Poder Judiciário, mas, um dia, o Deputado Delegado Éder Mauro fez uma pergunta ao Ministério Público. Estava em discussão a letalidade policial. Ele perguntou por que também o Ministério Público não encaminha os inquéritos. Também temos que dizer por que cai em tanta inoperância o encaminhamento dos inquéritos, por que eles não são julgados.

Então, nós temos que fazer esse pacto republicano. Nós temos que envolver todos, para que possamos, realmente, acabar com esse entrave que é a impunidade, esse entrave de que não se elucida crime contra a vida.

Eu acho que nós temos que encarar esse debate sobre a questão da guerra às drogas. Eu acho que nós temos que nos aprofundar um pouco no debate de que usuário de droga não é um problema de polícia, que deve ser um problema da saúde pública. Mas também temos que reconhecer que, hoje, a saúde pública não dá conta de tratar dessas pessoas. Não temos um sistema de prevenção, não temos um sistema de tratamento e acolhimento, não temos um sistema de reintegração e de formação profissional para um ex-usuário de droga. É mais fácil condenar. A sociedade prefere, às vezes, condenar as pessoas. Então, nós temos muitos problemas, e vamos ter que dar conta de resolvê-los para ser uma forte nação.

Para encerrar, confesso: nós temos tudo para ser uma forte nação. Nós temos tudo. Eu acho que o Brasil é um país que tem taxa de natalidade menor do que qualquer país do mundo. Temos 1,5 filhos por mulher, estamos avançando no processo de distribuição de renda.

Se o Brasil, na próxima década, der conta de fazer o que a Dilma está propondo — às vezes, é criticada, as pessoas não a compreendem —, que é a



pátria educadora; se nós tivermos a educação como centro das nossas ações e incluirmos todos, todos, no primeiro mês de vida, com a riqueza que tem o Brasil, e fizermos uma nova sociedade — que não seja uma sociedade de mão de obra, porque o Brasil vai diminuir a população daqui a 20 anos, nós vamos perder mais de 5 milhões de habitantes; se nós dermos conta de incluir todos e fizermos uma nova economia de base tecnológica, com a riqueza que temos e com o tamanho do Brasil, nós seremos uma das melhores nações do mundo. É evidente que, dentro desses 20 anos, nós temos que ir reparando danos para não deixar nenhum cidadão para trás, em especial aqueles que nasceram com a cor preta, que são os negros deste País, que nós já deixamos muito tempo para trás.

Então, é isso. Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos encerrar, porque todo mundo já falou.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, 1 minuto.

A SRA. MARIA SALOMÉ VILHENA DOS SANTOS - Em relação ao que foi falado na plenária... Eu me chamo Salomé, sou pedagoga e também faço parte da Comissão de Direitos Humanos da OAB-Pará.

Quando eu venho num movimento destes — só para colaborar —, eu venho com a intenção de somar. Quero deixar dito aqui que sei quem representa a Esquerda, quem representa a Direita aqui. Viemos todos aqui com a mesma intenção de somar. Não queremos mudar pensamento de ninguém, opinião pessoal. Nós estamos aqui pedindo para o representante do Estado do Pará — queiramos ou não, um grupo está lá para representar o Pará — que entenda, como foi dito agora pelo Relator, que ele consiga enxergar que existe um problema, que existe uma desagregação e, como tantos já disseram aqui, que essa desagregação foi construída historicamente. E o que nós estamos aqui reivindicando é a oportunidade de, juntos, preencheremos essa lacuna e darmos alguma oportunidade a quem não teve.



Quero dizer que esses criminosos que as polícias vão combater são, como já foi dito, produto daquilo que não foi dado no tempo em que deveria ter sido dado. Então, não é a cadeia...

Eu venho fazer um apelo. O que nós queremos — a bandeira que eu levanto enquanto educadora — é que nós possamos colocar essas crianças, esses jovens, preventivamente, em escolas, com condição de dar a eles aquilo que eles vão buscar por não terem nas suas casas.

Hoje, nós não temos as mesmas ruas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua.

A SRA. MARIA SALOMÉ VILHENA DOS SANTOS - Como o próprio Deputado Éder Mauro coloca, comparando o passado com o presente, nós não temos mais as ruas que tínhamos no passado, onde aquele pobre, que não podia ir a um clube jogar ou então brincar na rua... Hoje nós não temos mais. Essas crianças estão enclausuradas em vielas, em quatinhos, que não são parecidos com aqueles da pobreza do passado, que vocês, volta e meia, dizem. Não são mais esses bebês. Não são os bebês de hoje, não são os bebês de ontem. A gente tem todo um contexto. E é por causa desse contexto que nós gostaríamos de apelar para os nossos Parlamentares para que atualizem também suas visões e desatrelem-se do passado, querendo resgatar esse passado que está lá: *“No tempo do meu bisavô, do meu avô era assim, tem que retornar”*. Você não vai combater a violência com mais violência.

O que nós estamos buscando aqui é uma oportunidade, uma forma de construir, junto com aqueles que estão nos representando, um caminho pedagógico para solucionar o problema.

Eu aqui, enquanto educadora, apelo, com essa força que o Deputado tem, que ele, junto conosco, some esforço para buscar... Se não existem mais verbas ou se querem cortar verba da educação, que, da mesma forma que lutam para termos cadeias maiores, que são bem mais dispendiosas, que nós tenhamos, numa equiparação, as mesmas escolas com essas condições, essas quadras, essas oportunidades que dão para o preso.

Eu não quero prender essas crianças nem esses jovens. Eu quero dar liberdade dentro da escola. Uma liberdade vigiada.



Para finalizar, eu só quero dizer assim: é impressionante a lógica que nós assimilamos. Eu não gostaria que o negro, que a criança negra e jovem também chegasse aonde a Deputada chegou, e ela chegue numa mesa e diga assim: “*Olha, eu lutei, eu vendi...*” Para mim, essa colocação soou — embora negra — como se ela dissesse assim — a mesma lógica, talvez, inconsciente esteja na cabeça dela — : “*Eu lutei! Negros, lutem!*” É como se nós não estivéssemos lutando. É impressionante como a gente assimila essa lógica hegemônica branca.

Eu não poderia deixar de vir aqui. Eu estava me contendo, mas não pude me furtar a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, porque nós já tínhamos encerrado.

A SRA. MARIA SALOMÉ VILHENA DOS SANTOS - E quero citar aquela questão da desagregação.

Volto a dizer: famílias estão desagregadas porque não têm condições de se agregar. Os adultos todos saem, ficam só crianças à mercê de traficantes, de prostituição.

E quero dizer que vocês sabem que muito mais Parlamentares e outras autoridades têm violentado crianças, abusado e matado jovens — usando, abusando, esses criminosos que estão sendo colocados aí.

Então, pior são essas pessoas que... Já foram denunciados alguns, aqui dentro do nosso Parlamento, de pedofilia e outros. E temos, com certeza, autoridades togadas que estão fazendo isso no dia a dia. Esses são os maiores criminosos, e é contra esses que a gente tem que lutar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k.

Obrigado.

A SRA. MARIA SALOMÉ VILHENA DOS SANTOS - Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero agradecer a presença de todos

Declaro encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)